

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA COELHO MAXIMINO

**EX-SENHORES DE ESCRAVOS, ELITES E NEGROS LIVRES NO PARANÁ
DO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO**

CURITIBA

2016

MARIANA COELHO MAXIMINO

**EX-SENHORES DE ESCRAVOS, ELITES E NEGROS LIVRES NO PARANÁ
DO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel, Curso História
Memória e Imagem, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Dr. Carlos A. M. Lima

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIANA COELHO MAXIMINO

EX-SENHORES DE ESCRAVOS, ELITES E NEGROS LIVRES NO PARANÁ DO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso História Memória e Imagem, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Carlos A.M. Lima

Orientador – Departamento de História - UFPR

Prof.

Departamento de História - UFPR

Prof.

Departamento de História - UFPR

Prof.

Departamento de História - UFPR

Curitiba, __ de _____ 2017.

A todos os amigos, mestres e compaheirxs que partilharam tempo, energia, dedicação e experiências fundamentais à realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima, pela atenção, apoio e disposição.

Aos meus pais, Suzete e Bento, e avós Thereza e Encarnação, que contribuíram para minha sobrevivência e permanência na Universidade e na cidade de Curitiba.

Aos professores Rafael Faraco Benthien, Joseli Maria Nunes Mendonça e Pedro Plaza Pinto que foram fundamentais no meu processo de formação também ética e humana.

À Universidade Federal do Paraná pela bolsa SIBI e à Maria de Lourdes Saldanha do Nascimento, que tornaram possível minha permanência através da atuação como bolsista na biblioteca de Ciências Humanas.

À todos bolsistas, estagiários, servidores, bibliotecárias, funcionários e terceirizados, da Biblioteca de Ciências Humanas que me acolheram e me permitiram vivenciar esse período de maneira mais plena, divertida e palpável.

À meu mestre yogi Brahmarsi Das, Gabriel Almeida Gabriel, e a sanga do Centro de Estudos Budistas Bodisatva de Curitiba que me proporcionaram a motivação, a estabilidade, a resistência física e psicológica necessárias para conclusão desse processo de graduação.

À Ana, Luanna, Bia, Vini, Zé, Marcelo, Amanda, Celso, Paula, Laura, Jéssica, Bruno, Márcio, Taques, Soraia, Matheus, Yuria, Yasmin, Jyu, Fernando, Sara, André e a todos os amigos e colegas da história que foram fundamentais nessa caminhada.

Ao Luiz Eduardo, a Edna e toda família Nishino, por terem me acolhido e proporcionado todo o tipo de ajuda necessária nos últimos anos.

A Tiemy, Jeff, Wesley, Conrado, Raquel, Sérgio e Ana Esperança por serem companhia e parceria perfeita para espairecer, filmar e comer pastel.

Ao Leo pela dedicação e pelos toques necessários à conclusão desse trabalho.

Aos companheirxs que contribuíram e participaram da ocupação da UFPR, e aos estudantes secundaristas que ocuparam 800 colégios no Paraná, em resistência a PEC 55 e a MP476 entre outras medidas de retrocesso lamentavelmente aprovadas nesse governo golpista. Obrigada, por serem exemplo de luta e resistência diária e me proporcionarem uma vivência outra.

E a todos os demais seres que contribuíram e são força de transformação à minha existência condicionada.

“Do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período [entre o Império (1822-1889) e a Primeira República(1889-1930)] foi a abolição da escravidão, em 1888.”

José Murilo de Carvalho

RESUMO

No final do século XIX, o Paraná passa por intensas transformações, de ordem social, econômica, tecnológica e política. Desde a emancipação da província em 1853 há esse impulso na direção de fortalecimento das elites regionais além de uma dinamização econômica por conta do desenvolvimento industrial, atrelado à indústria ervateira, que proporciona o crescimento dos núcleos urbanos, em especial da cidade de Curitiba. Esses núcleos, por sua vez, se complexificam com a entrada massiva de imigrantes que se instalam na província. Os negros livres, pardos e ex-escravos, que eram um expressivo segmento da população, numérica e culturalmente, acabam sendo subvalorizados e pouco lembrados, quando na historiografia “clássica” paranaense é ressaltada a figura do imigrante. Ainda que suas trajetórias tenham sido anteriores e certamente influído na organização dessa sociedade, as fontes parecem silenciar ou amalgamar esses indivíduos na generalidade do termo “povo”, o que contudo não deixa de evidenciar as tendências libertárias utópicas e racistas que conformaram o contexto da Primeira República no Brasil. Ainda que a escravidão como instituição no Paraná tenha sido desarticulada com a decadência da economia tropeira, o cenário de senhores que possuíam um ou poucos escravizados, na prática, ainda era visível e significativo do arraigamento dessa instituição nessa sociedade às vésperas da abolição. As transformações tecnológicas, como a introdução da estrada de ferro, os bondes urbanos, e o desenvolvimento educacional, proporcionaram o surgimento de uma classe média urbana que encontrava na defesa dos ideais republicanos a possibilidade de ampliação de sua atuação política e ascensão socioeconômica. Esses ideais foram “cooptados” e rapidamente redirecionados aos interesses da burguesia ervateira que soube inverter a lógica de preponderância das elites fundiárias tradicionais que prevaleceram durante o período monárquico. Por ser um período conturbado, se torna profícuo para análise da reprodução de estruturas e relações de poder herdadas do império na sociedade do pós-abolição. A partir da leitura do jornal “A República” e o cruzamento nominativo realizado com as Listas de Classificação do Fundo de Emancipação, foi possível observar os pormenores da sociedade paranaense e conhecer um pouco mais a cerca da posição social, política e econômica na qual se encontravam os ex-senhores de escravos, e ainda o sintomático apagamento a cerca dos negros livres.

Palavras-chave: Pós Abolição no Paraná. Transição da Monarquia à República. Ex-senhores de escravos e ex-escravizados. História Social do Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O PARANÁ E O SÉCULO XIX NO BRASIL: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA	14
2.1 RELAÇÕES ESCRAVISTAS E AS ROÇAS DE SUBSISTÊNCIA.....	14
2.2 CONTEXTUALIZANDO O FIM DO PERÍODO ESCRAVISTA E IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO NO PARANÁ	20
2.3 CURITIBA, A CAPITAL E A CIRCULAÇÃO PELA PROVÍNCIA.....	30
2.4 IMPRENSA PERIÓDICA NA PROVÍNCIA E O PERFIL DO JORNAL “A REPÚBLICA”	36
3. OS EX SENHORES DE ESCRAVOS	38
3.1 O JORNAL “A REPÚBLICA” E OS EX-SENHORES DE ESCRAVOS....	38
3.2 O POSICIONAMENTO DOS EX-SENHORES EM RELAÇÃO A ABOLIÇÃO	51
3.3 EX-SENHORES DE ESCRAVOS E REPUBLICANOS	59
4. CONCLUSÃO	68

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o intuito de conhecer e evidenciar as tensões sociais no Paraná no contexto da primeira República e imediato pós-abolição. A ideia é identificar os lugares sociais¹ ocupados por ex-senhores de escravos e a elite, localizando-os através de cruzamento nominativo com as Listas de Classificação de Escravos e o jornal “A República” do período entre 1888 e 1889. A bibliografia utilizada como ferramenta para trabalhar com os destinos dos ex-senhores, é sobre o pós-abolição por que pode fornecer uma ideia mais geral de como operou a sociedade naquele contexto, uma vez que o jornal, atrelado ao partido republicano, e as listas, documentação da burocracia estatal, revelam parcial e difusamente a cerca de uma experiência social mais ampla.

Existe uma ampla discussão acerca do processo de abolição gradual que se deu no Brasil. Na visão de Hebe Mattos², esse processo ganhou vulto após 1871 com a Lei do Ventre Livre – que “libertava”³ todos os nascidos de mãe escrava a partir de então, o que garantia uma curta sobrevida ao regime escravista. Essa lei instituiu também o fundo de emancipação afim de garantir indenização aos senhores quando da libertação dos seus escravizados, que seriam libertados segundo a ordem da lista de classificação. A não matrícula do escravo podia ocasionar uma reivindicação de liberdade por parte do escravizado, por tanto, aos senhores interessava incluir todos os nomes para legitimar sua posse. Ainda que, contudo, não indique que de fato todos os nomes sejam encontrados nas listas, uma vez que, nem todas foram preservadas integralmente e mesmo as que o foram, contem falhas, subnotificações e dificilmente conseguiram retratar a dinâmica dos processos de posse de escravizados que ia além da possibilidade de qualquer registro burocrático sistemático. Alguns registros

¹ Conceito entendido como inserção do sujeito na sociedade por meio de suas relações ideológicas, de poder...

² MATTOS, Hebe Maria (2001). Camponato e Escravidão. In: F. C. T. da Silva, H. M. Mattos e J. Fragoso (orgs.), Homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001.

³ Ainda que os menores fossem legados a tutores, que podiam ser os senhores de seus pais, tendo que trabalhar para esses pelo menos até a maioridade.

podiam ser inclusive ilegítimos, como analisa Spiller Pena⁴, na tentativa de revogar uma alforria anteriormente concedida.

O fundo de emancipação, criado pelo terceiro artigo da Lei do Ventre Livre de 1871, do qual provêm as listas de classificação, embora tenha sido ineficiente e libertado no máximo duas centenas de escravos, como conclui Graf⁵, gerou uma documentação importante que revela detalhes sobre os escravizados e seus proprietários. Dando um panorama sobre aspectos daquela população que poucas outras documentações podem fornecer, além de possibilitar a busca por indivíduos específicos no cruzamento nominativo com outras fontes.

Essa documentação foi produzida pelas juntas municipais no período de 1873 a 1886. As juntas deveriam ser compostas pelos presidentes de Câmara, promotores públicos e coletores, cargos que não existiam efetivamente em todas as localidades. Essas então, demoraram a se instalar e funcionar, sendo que em 1875 ainda haviam juntas não estabelecidas, como a de Guaratuba, por exemplo. O trabalho das juntas era tido como trabalho extra pelos funcionários das municipalidades, por tanto, é compreensível sua ineficiência e morosidade⁶. Embora o Governo Imperial se empenhasse em promover a implementação do fundo, esbarrava nas dificuldades das administrações locais.

As informações contidas nas listas feitas para o Fundo de Emancipação eram, nome e características diversas como; aptidão para o trabalho, sexo, cor, idade, filiação, estado civil, profissão, além de nominar os senhores. Esses dados podem ser melhor analisados a partir da interpretação fornecida pela dissertação de Graf⁷. A lista preservada para região de Curitiba é de 1875 e serão utilizadas também nesse trabalho a lista de Campo Largo (1875), Castro (1875) e São José dos Pinhais (1875) no intuito de observar a região de maneira mais abrangente e reconhecer mais ex-senhores de escravos.

⁴ PENA, Eduardo Spiller. O jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e a Lei na Curitiba Provincial. 1990. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Ufpr, Curitiba, 1990.

⁵ GRAF, Maria Elisa de Campos. Imprensa Periódica e escravidão no Paraná. Grafipar, Curitiba, 1981.

⁶ Idem, p. 61/62.

⁷ GRAF, Maria Elisa de Campos. População Escrava da Província do Paraná: a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886.. 1974. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História UFPR, Curitiba, 1974.

As listas de classificação que foram analisadas por Graf⁸, revelam também um pouco da dinâmica do final da escravidão, sendo que essas eram organizadas a partir de critérios como, boa índole do escravizado e ligações familiares (eram priorizados casados com livres, casados de senhores diferentes, com filhos nascidos livres).

Assim, percebe-se a importância atribuída à família e à moralidade, atrelada à disposição laboral, como mecanismos de controle sobre os escravizados aos quais seria concedido o direito à liberdade. Aqueles de má reputação ou sem relações familiares definidas seriam preteridos, uma vez que não se enquadravam na lógica da mão-de-obra obediente e submissível.

O termo pós-abolição vem da perspectiva de estudar o período posterior as emancipações na América – para onde se destinou a imensa maioria dos escravizados– de um viés social, enxergando as demandas dos libertos em relação à sociedade e à cidadania nas diversas localidades. Demandas essas que arregimentavam em seus arredores boa parte da sociedade. Observando e analisando assim, as particularidades e articulações que fizeram os libertos com o Estado, ex-senhores e a sociedade livre. Eric Foner em “Nada Além da Liberdade”⁹ trabalhou com esse conceito, estudando a resistência dos trabalhadores negros no processo de proletarianização das sociedades do pós-emancipação. Principalmente nos Estados Unidos pós-Guerra Civil. Foner faz também uma análise sobre a emancipação no Caribe e na África, que além de possibilitar comparativos, discute a relação em que o acesso à terra foi condicionado, sendo que diversos fatores confluíram para que a estrutura política e econômica permanecesse basicamente a mesma. Ou seja, o simples acesso à terra não garantiu direitos ou prosperidade para os libertos, porque, segundo Foner, seria necessário para isso um amplo investimento do Estado em educação e fornecimento de créditos, o que foi negligenciado ou barrado pelas elites políticas.

Elites essas ligadas às grandes propriedades, que continuaram tendo maior peso na vida política local e conseqüentemente reproduzindo um sistema de privilégios para seus pares. Sendo que os libertos sofreram diversas sanções no acesso à terra além de arcarem com altos impostos, sendo o trabalho condicionado a um

⁸ Idem.

⁹ FONER, Eric. Nada Além da Liberdade. A Emancipação e seu Legado. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Apresentação de John M. Monteiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

processo de recrudescimento da disciplina e controle por parte dos fazendeiros. Para os pesquisadores brasileiros essa abordagem também é interessante, uma vez que o mundo atlântico estava conectado¹⁰.

O jornal “A República” surgiu em 1886 como órgão do Clube Republicano da Província do Paraná, sediado em Curitiba, mas as primeiras publicações a que se tem acesso são de 1888. O jornal é um dos poucos que continuará a ser publicado até o final da primeira República em 1930. Seu fundador foi Eduardo Gonçalves, engenheiro civil, em colaboração com Álvaro Teixeira Ramos, entre outros do clube Republicano como Emiliano Pernetá, Rocha Pombo e Nestor Vitor¹¹.

A partir desse jornal em cruzamento nominativo com as listas do fundo de emancipação será possível identificar então, ex-senhores de escravos e suas ideias, movimentações e lugares sociais. O jornal embora contasse apenas com quatro páginas por edição semanal, sendo uma de anúncios, e uma tiragem de mil exemplares, foi bastante representativo como um dos poucos jornais que circulou regularmente durante um longo período em Curitiba. Representando também os interesses do nascente Partido Republicano Federalista que assume o poder político no período do imediato pós-abolição, reconfigurando o cenário político no Paraná através da articulação entre novos e velhos atores sociais. Outro fator que chama atenção no jornal é a reiterada menção das palavras, “escravos”, “escravidão” e “liberdade” – em maior número em relação aos outros jornais da região para o mesmo período– sendo possível assim, compreender um pouco melhor como se articulavam esses conceitos para a sociedade paranaense da primeira República.

Com a emancipação do Paraná, em 1853, foi possível um maior desenvolvimento do cenário político local, que através de seus veículos impressos se consolidou difundindo ideias e filiações particulares. Embora bastante conturbado, esse contexto é emblemático, despontando abolicionismos arremedados e uma adesão súbita ao republicanismo. Assim o jornal “A República” nos anos de 1888 e 1889 trás

¹⁰ Vide senhores de escravos do Sul dos EUA que tentavam exportar/expropriar os negros escravizados para África e a Amazônia, abordados em MACHADO, Maria Helena. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra da Secessão. In: Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói : PPGH História- UFF, 2011. ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (org.).

¹¹ PILOTTO, Osvaldo. Cem Anos de Imprensa no Paraná: (1854-1954). Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976. (Estante Paranista). p.16.

à tona aspectos interessantes para compreensão tanto do período final da escravidão como seu momento posterior. Ainda que complexificadas as relações sociais pela incorporação de novos atores, como os imigrantes e a “renovação” do quadro político, encontramos algumas continuidades resistentes – as quais buscamos compreender abarcando o período anterior que nos é apresentado pelas listas de classificação de 1875– que garantiram a manutenção de uma certa “ordem” social.

Na historiografia recente os cruzamentos nominativos tem se mostrado chave para contextualização do aspecto social de maneira precisa e abrangente, auxiliando a dimensionar os indivíduos e seus diferentes espectros de atuação, seja por meio das instituições com as quais interagiu ou das relações diversas que consolidou. Cruzando os nomes das listas com os que aparecem no jornal, é possível conhecer um pouco mais sobre a participação dos ex-senhores de escravos na sociedade, suas ideias, filiações e ainda se existe menção e/ou continuada relação com os ex-escravizados. Existindo a possibilidade para um futuro trabalho acerca de algum nicho específico de ex-senhores, ou ainda, sobre ex-senhor ou ex-escravizado específicos no caso de informação ou evento relevante.

Esse trabalho monográfico se articula com a perspectiva dos estudos do pós-abolição, ainda que indiretamente, porque investiga as relações dos ex-senhores de escravos, classe social que está historicamente atrelada ao acesso à terra. Através da perspectiva desses estudos, é possível observar de maneira mais clara e minuciosa acerca das mobilidades e redes de interesses articuladas pelos ex-senhores e a elite, o que confere um panorama sobre hipóteses e destinos tanto dos ex-senhores como de ex-escravizados.

É crucial ampliar as discussões sobre período do pós-abolição a regiões mais periféricas como o Paraná para compreender como se deu a “coesão” social, a partir da rearticulação de uma elite regional e nacional ao novo ciclo político-econômico que se estabelecia. Aparentando ser um período emblemático para compreender o tipo de relação desenvolvida com os subalternos, no sentido de manter diferenciadas as condições sociais entre ex-senhores de escravos e a elite com os livres pobres e ex-escravizados. Compreendendo como se deu e como foi proferida a diferenciação em relação ao período anterior, aonde status jurídicos diversos – livre e cativo – já não mais eram legítimos. Se houve uma superação da condição cativa anterior, de que

maneira e por quais motivos, a liberdade muitas vezes restou legada a subalternidade, a pobreza e a marginalização social?

2. O PARANÁ E O SÉCULO XIX NO BRASIL: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

2.1 RELAÇÕES ESCRAVISTAS E AS ROÇAS DE SUBSISTÊNCIA

Muitos escravizados e seus senhores estavam associados ao trabalho da terra, bem como o rural era o meio mais expressivo em população e relevância econômica até pelo menos a primeira metade do século XIX. Assim, cabe ressaltar a discussão de Hebe Mattos¹² quanto à formação de um campesinato negro dentro do período escravista. Nesse conceito está implicada uma diferente relação entre autonomia e subordinação do que na presente relação senhor e cativo. Em virtude de uma ampla disponibilidade de terras e um acesso legítimo precário (sem documentação ou garantia Estatal/legal), o que diferenciava o pequeno e médio produtor de um grande produtor ou fazendeiro seria o trabalho familiar e a lógica de autossustentação. A venda do excedente para os mercados locais pelos pequenos produtores foi extremamente importante para o abastecimento urbano, uma vez que as grandes propriedades não produziam gêneros para sustentação local. Ainda que uma das justificativas da imigração impulsionada pelo Estado fosse esse abastecimento¹³, por muito tempo, esse foi feito pelo escravizados, ex-escravizados e livres pobres que na figura de pequenos produtores garantiam a sobrevivência da população e se articulavam de maneira complementar a à economia agropecuarista-exportadora.

O seguimento da população de livres pobres era o mais volumoso a época, e para capitalizá-lo como mão-de-obra subalternizada no segmento agro-exportador ou na indústria, efetivaram-se políticas que dificultavam o acesso a terra, como a lei de terras de 1850. Posteriormente a nova lei eleitoral de 1881 que restringiu ainda mais os requisitos para qualificação de votantes à homens maiores, alfabetizados e com renda superior a 200mil réis minuciosamente comprovada, representando então

¹² MATTOS, Hebe Maria. Campesinato e Escravidão. In: F. C. T. da Silva, H. M. Mattos e J. Fragoso (orgs.), Homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001.

¹³ PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: Fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. In: História Questões e Debates, ano 9, nº 16, junho de 1888. p.85.

menos de 2% da população masculina do país¹⁴, ficou excluída uma ampla parcela da população de uma participação política formal e direta. Contribuindo assim na manutenção dessa rígida diferenciação socioeconômica entre grandes proprietários/elite/senhores de escravos e subalternos que não possuíam poder ou representativa política.

Hebe Mattos coloca a problemática do campesinato negro e a fronteira agrícola em “O pós-abolição como problema histórico”¹⁵. Sendo que muitas vezes o ideal de liberdade dos libertos esteve atrelado ao ideal de um campesinato negro, familiar e independente, contudo nem todos conseguiram encontrar e ocupar terras próximas às que já habitavam. Embora muitos tenham permanecido por gerações na mesma localidade, no caso do Vale do Paraíba, tendo feito acordos com os ex-senhores pela posse da terra, principalmente aqueles que já estavam estabelecidos socioeconomicamente e possuíam família na região. Era de interesse para ambas as partes manter o contrato social com aqueles já conhecidos e “confiáveis” da região, uma vez que a mão de obra imigrante não supriria a demanda por mão-de-obra em um curto período de tempo. No mesmo texto, Mattos aborda que apesar das particularidades estratégicas dos negros livres por toda a América, existiam algumas confluências como, a busca pela autonomia, pelo controle e ritmo do trabalho, a proteção da família, a retirada das mulheres e crianças dos trabalhos coletivos, e reações contra castigos e mobilidade cerceadas.¹⁶

Segundo Kuznesof, “o parentesco foi - e continua a ser - a organização básica subjacente à formação do capital e da empresa privada no Brasil”¹⁷. Por tanto, não só para os negros e livres pobres a família foi o sustentáculo. As elites sociais e políticas, os ex-senhores de escravos também se organizavam e se beneficiavam de relações familiares estabelecidas. Ainda para Kuznesof, “os padrões de colonização, construção de estradas, as redes informais de política e de empreendimentos, que

¹⁴ DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.518.

¹⁵ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi. Rio de Janeiro, vol.5, n.8, 2004, pp.170-198.

¹⁶ Idem, p.174

¹⁷ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). Família e grupos de convívio – Revista Brasileira de História ANPUH, São Paulo, n.17, v.9, 1989. p.44.

repetidamente determinavam a associação em órgãos de elite, eram diretamente fixados através da estrutura de parentesco e da família”¹⁸.

Alves¹⁹ em seu estudo sobre a classe política paranaense, encontra através de jornais do século XIX (o Dezenove de Dezembro, principalmente), das listas de votantes e eleitores, resultados eleitorais entre outras fontes, uma perpetuação no poder de algumas famílias tradicionais, ou indivíduos que se incorporaram a essas, reproduzindo a lógica de subordinação aos chefes ostensivos dos partidos políticos, que eram representantes de clãs familiares amplos e tradicionais da região.

O desenvolvimento da economia agroexportadora durante o século XIX, ainda segundo Kuznesof, foi a causa para migrações rurais-urbanas e/ou rurais-rurais, pois pressionava os camponeses e pequenos proprietários a saírem de suas terras. As trocas informais, que eram a base da subsistência se tornam menos importantes economicamente – embora continuem acontecendo– ocasionando em deslocamentos em busca de novos meios de sobrevivência. Kuznesof aponta também para uma incorporação dos comerciantes às elites tradicionais agrárias já no final do século XVIII. O critério da riqueza vinha se somando e se sobrepondo ao de hereditariedade, caracteristicamente adotados pela sociedade agropastoril de inclinação patriarcal. O parentesco foi essencial na aproximação política, e a relação entre cunhados (menos hierarquizada) um importante vínculo acionado, combinando os interesses da família e do indivíduo de modo eficaz. No planalto curitibano, o vínculo mercantil da elite combinado à atividade agrária nas fazendas era marcante desde o início do século XVIII, constituindo o ciclo que ficou conhecido como tropeirismo. Para Westphalen e Balhana, os relatórios dos Presidentes de Província apontavam para deterioração do comércio de muare entre 1860 à 1904, pois, os pastos estavam exaustos pelas queimadas e havia necessidade de introdução de novas raças²⁰. No final do século XIX, período a qual se centra o presente trabalho, as elites que se sobressaiam eram a do mate, já bastante mercantilizadas.

¹⁸ Idem, p.46.

¹⁹ ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo. Tese (Doutorado) em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2014.

²⁰ BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, s/d., v. 4. p.154.

Em São Paulo houve uma transferência muito significativa para o meio urbano no período de 1860 a 1886²¹. O desuso do dote evidenciava uma transformação nas estratégias de constituição de novas famílias, sendo a troca de influência por algum posto político ou institucional mais significativa nesse momento. Revoltas populares como a da vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, ainda segundo Kuznesof, mostram a percepção da população quanto a inviolabilidade de seus lares. Apresentando claramente essa tensão entre a sobreposição do Estado ao “patriarcalismo” instituído

22

Para Drescher, no período de abolição do Brasil, o poder político estava concentrado nos senhores de escravos, no monarca e seus aliados. Sendo a elite socialmente coesa ainda que geograficamente dispersa²³, sua influência na sociedade se dava por meio do clientelismo e das redes hierárquicas de influência. Nos discursos legislativo observa-se a quase ausência de referência aos escravos e livres pobres²⁴, demonstrando o apartamento dessa elite das questões e interesses da maior parte da população. A República é instaurada a partir de um golpe militar e mantém uma orientação conservadora, sendo o sufrágio tornado ligeiramente menos restrito do que no momento anterior²⁵.

Robert Slenes em “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”²⁶, aborda a questão da mobilidade social através de uma situação particular de um senhor que liberta uma escrava que era também sua mãe, assim desenvolve uma discussão acerca do gênero e das articulações complexas entre esses senhores e seus dependentes e subordinados, que poderiam também ser consanguíneos.

Para Araújo, analisando o final da escravidão no extremo sul do país, em uma região ligada a agropecuária, aponta-se a especificidade dos cativos ligado a essa atividade, que tinham liberdade de circulação além de poder criar seu próprio gado e com isso custear sua alforria. Ainda que observe que essas concessões eram tidas

²¹ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). Família e grupos de convívio – Revista Brasileira de História ANPUH, São Paulo, n.17, v.9, 1989. Idem, p.57.

²² Idem, p.60.

²³ DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.503.

²⁴ Idem p.513.

²⁵ Idem, p.570.

²⁶ SLENES, Robert Wayne. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In "História da Vida Privada", Companhia das Letras, 1997.

como privilégios e não deviam se estender a todos. Sendo descrita a libertação de um cativo com a condição de que continue acompanhando o senhor para servir de exemplo e estímulo²⁷. Temos então uma negociação na tentativa de estabilizar as tensões da conjuntura, que mantinha apartado senhores e cativos, sendo alguns privilegiados na intenção de mediar e arrefecer os conflitos diretamente com o proprietário. Mesmo que desfrutassem de condição relativamente privilegiada, esses cativos e ex-cativos ainda estavam inseridos em um sistema bastante complexo de hierarquias e submissão.

É possível dialogar com a tese de Leonardo Marques²⁸, sobre as movimentações dos ex-escravos, seja por meio do trabalho temporário arrendado em outras partes, como os jornaleiros, ou através das migrações, o que garantiam certa circulação entre os ambientes urbano e rural e entre senhores diferentes, o que serviria como moedas de troca em suas negociações.

É importante ressaltar que a concessão da libertação era tida como “presente” dado pelos senhores, de maneira que utilizavam desse recurso para organizar suas relações de poder. Contudo, a partir da Lei de 1871 também ficou instituído o pecúlio, que o escravo acumulava para custear sua alforria, existindo a possibilidade desse indivíduo conseguir a liberdade sem total acordo de seu senhor. Representando portanto uma quebra na lógica da concessão patriarcal. Pois havia um processo de arbitragem para firmar o preço da liberdade. Os agentes da justiça intermediavam a disputa travada entre senhores e cativos.

A partir das discussões propostas por Hebe Mattos em "Laços de Família e Direito no Final da Escravidão"²⁹, fica evidente uma relação do Estado como um regulador e garantidor da universalização de direitos entendidos não mais como privilégios oriundos de uma concessão patriarcal. Mattos explicita como a questão do tráfico interprovincial está intrinsecamente ligada a essa ampliação e consolidação de direitos, regulando a conduta dos senhores. Para Drescher as insurreições no setor do

²⁷ ARAUJO, Thiago Leitão de Araújo. Ambivalências da escravidão: controle social, criação da liberdade – Rio Grande de São Pedro (1850/1888). Florianópolis: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2007. p.9.

²⁸ MARQUES, Leonardo. Entre dívidas e migrações: o pós-abolição no Paraná (Campo Largo 1888-1950). 2006. 150 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UFPR, Curitiba, 2006.

²⁹ CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 357.

café nas décadas de 1870 e 1880 estão diretamente relacionadas ao impacto do tráfico interprovincial sobre a vida familiar e comunitária dos escravizados³⁰. A relação horizontal de escravos com escravos ou forros e livres pobres contribuíram para compreender como se tensionavam nesse período as relações verticais que em princípio foram vistas como unilaterais. O senhor exercia poder sobre o escravo, mas esse não era passivo de atuação, pois acionava suas redes de sociabilidade para dificultar os objetivos desses senhores.

Para Mattos, a reprodução do regime escravista por 300 anos foi sustentada pela reescravização dos livres³¹, sendo que as fugas e rebeliões eram endêmicas mas ainda assim não comprometiam o sistema. Essa fugas inclusive só aparecem nos processos quando atreladas a roubos ou assassinatos³². Ainda que fossem uma maneira indireta de resistência, as fugas garantiam ao escravizado alguma influência sobre seu destino, majoritariamente posto em jogo com a sua venda ou morte do senhor³³. Segundo Mattos, o paternalismo abarcava qualquer espaço ou autonomia conquistado do cativo quando o tratava como concessão senhorial, ainda que no pecúlio e nas alforrias remuneradas os senhores apenas pudessem disciplinar esse processo. O tráfico interprovincial, amplamente realizado depois da proibição do tráfico atlântico, gerou um cativo atento a vida e aos recursos dos livres além de conhecer mais de uma experiência de cativo, passando a encarar as “concessões” como “direitos”³⁴. Ainda que as concepções de “cativo justo” e “bom senhor” denotassem uma legitimação da instituição escravista, estas acabaram por romper sua fundamentação, pois, a universalização de um padrão de conduta senhorial pressupôs o reconhecimento de direitos para os escravizados³⁵. Mesmo durante a época em que havia uma diferenciação social entre escravizados crioulos e africanos novos, Mattos sustenta a tese de que os escravizados reivindicavam privilégios, não propriamente direitos, na intenção de se garantir como “menos” escravo que outros³⁶.

³⁰ DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.516.

³¹ MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados das liberdades no Sudeste Escravista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p.157.

³² Idem, p.157.

³³ Idem, p.158.

³⁴ Idem, p.174.

³⁵ Idem, p.161. (direitos compreendidos: comida, vestuário, dias livres domingos e dias santos..).

³⁶ Idem. p.165.

A partir dessas reflexões, é possível desenvolver alguns questionamentos a serem realizados diretamente à fonte, o jornal “A República”: as estratégias de negociação estabelecidas entre os ex-escravos e ex-senhores transpareciam em seus discursos e menções? As concepções de liberdade expressadas pelos ex-escravos eram diferentes das esboçadas no jornal, ligado aos interesses das elites? As concepções de liberdade das elites e ex-senhores se modificam com a instauração de um regime político diferente?

2.2 CONTEXTUALIZANDO O FIM DO PERÍODO ESCRAVISTA E IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO NO PARANÁ

A historiografia brasileira recente, vem repensando diversas questões acerca do período anterior ao 13 de Maio de 1888 (Lei Áurea, abolição incondicional), encontrando continuidades em relação às expectativas e oportunidades dos negros, que, embora tenham adquirido um status jurídico de livre, ainda são estigmatizados por sua cor e têm sua mobilidade social limitada. Ainda que alguns de fato consigam se estabelecer social e economicamente, constituindo família e administrando sua própria alimentação e renda, a imensa maioria ficou à mercê da escassez econômica e da reelaboração das relações sociais com a complexa introdução de imigrantes europeus. No período de transição do regime escravista para o de trabalho livre, são os livres pobres, a maior parte da população, que convivem com a concorrência laboral dos imigrantes e tentam superar a ligação inequívoca entre negro-escravo. Como Hebe Mattos aborda, há o sumiço da cor nos registros e fontes, ocorrendo por vezes um branqueamento quando da ascensão social do afrodescendente³⁷. Demonstrando que o racismo é uma ferida aberta e pulsante nessa sociedade já tão complexa e socialmente estratificada. Pesquisadores como Hebe Mattos, Ana Lugão Rios, Martha Abreu, João Fragoso, João José Reis, Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, Silvia Lara, Manolo Florentino dentre outros, têm investigado a condição dos cativos, libertos e afrodescendentes especialmente na região sudeste e no Rio de Janeiro.

Mesmo que a princípio essa introdução possa parecer deslocada, como se explicaria a eleição de deputados estrangeiros, dois alemães e um suíço, à assembleia legislativa do Paraná (em sua 17ª legislatura, 1886/1887), sendo esses estrangeiros incorporados às famílias e à elite político-econômica da Província de maneira breve, considerando sua recente presença na região, enquanto negros e pardos (ainda que essas expressões sejam suprimidas nas fontes) não pareçam encontrar essa abertura?³⁸ Apenas para citar um exemplo de como o racismo e a estratificação social permeavam

³⁷ MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados das liberdades no Sudeste Escravista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

³⁸ ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo. Tese (Doutorado) em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2014. p.293.

e influíam nas experiências cotidianas dos indivíduos da sociedade paranaense ainda que nesse período de “efervescência” abolicionista.

Balhana afirma que a sociedade paranaense era majoritariamente agrária e possuía um rígida estratificação social. Os empreendimentos eram voltados a subsistência e a manutenção da família patriarcal. O gado era produzido principalmente para venda na Província de São Paulo, por tanto seu consumo não era regular. Fazia parte da alimentação a mandioca, o milho, o feijão, o arroz e a carne de porco. A produção desses artigos de subsistência demandava maior mão de obra do que a criação do gado, mas esses gêneros normalmente não eram exportados³⁹. Essa relação pode ser observada através de anúncios no jornal que serão trabalhados no próximo item.

O número de escravos, em sua maioria negros e do sexo masculino, tendeu ao aumento no último quartel do século XVIII até 1860⁴⁰. Os agregados também constituíam um segmento importante da população, embora fossem livres, estavam subordinados à classe senhorial, esses eram; jornaleiros, vigilantes, feitores, capatazes, capangas e compadres. Depois da abolição os camaradas passam a desenvolver relação mais direta com o senhor, pois os escravos abandonam em massa as fazendas se dirigindo as cidades⁴¹. Nesse ponto Balhana, parece sectarizar o mundo dos livres pobre e os escravizados, embora na historiografia recente encontremos diversos relatos em que havia grande proximidade entre esses segmentos e como discutimos no capítulo anterior acerca da concepção de liberdade desses escravizados estar muitas vezes legada a subsistência e a administração de um pedaço de terra próprio. As famílias constituídas pelos escravizados eram heterogênea⁴², entrelaçadas com os livres pobres, e normalmente esses ocupavam os mesmos espaços de sociabilidade, o que coloca em cheque a questão do abandono e migrações em massa.

Para Pereira, a sociedade paranaense do período se dividia em morigerados e não-morigerados, dicotomia essa que parece ter mais sentido do que a de senhores e escravizados, nesse contexto de indiferenciação social entre as camadas subalternas.

³⁹ BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, s/d., v. 4. p. 90.

⁴⁰ Idem, p.92.

⁴¹ Idem, p.93.

⁴² LIMA, Adriano. Trajetórias de crioulos. Dissertação (Mestrado) Curso de História, UFPR, Curitiba, 2001.

Os primeiros eram aqueles afeitos ao trabalho e a acumulação, tidos como valores positivos, e os segundos, possuíam comportamentos inadequados, imorais e pouco civilizados⁴³. Os liberais da província, diferentemente de São Paulo, intentavam a importação do camponês europeu em substituição aos “bárbaros” das classes baixas, sem possuir um plano de utilização desses como mão-de-obra rural⁴⁴.

Leonardo Marques⁴⁵ aborda como a questão dos escravizados – em sua maioria lavradores e servidores domésticos– se desenvolveu na região de Campo Largo no período final da escravidão, revelando através de autos crime como era permeável a mobilidade dos cativos e como se davam seus relacionamentos nas dimensões horizontais, entre seus pares, e verticais, considerando o Estado e seus senhores. Assim, o crime analisado, que foi solucionado muitos anos depois, ocorreu em virtude de uma promessa de liberdade quebrada. Mostrando como funcionavam algumas estratégias de mudança de condição desses cativos em associação aos poderes pessoais dos senhores. Ressalta-se também o papel fundamental das migrações, que como pontuado por Mattos⁴⁶, ocorreram mais no âmbito geracional, quando da expansão da família, em busca de condições mais favoráveis dos membros mais novos que não encontravam espaço em sua localidade originária. Assim, o acesso à terra, à subsistência e à relativa autonomia, formavam a concepção de liberdade sustentada por esses ex-cativos.

Concepção essas que confluem com as de Rios⁴⁷, que também aponta que as migrações que ocorriam em direção a terra livres, geravam a necessidade da constituição familiar para garantir o cultivo da terra particular e certa autonomia. Rios discute acerca da família negra em Paraíba do Sul no período de 1889-1920, demonstrando como nos registros de batismo fica evidente que existiam muitas famílias nucleares completas e que por vezes se estendiam aos avós e compadrios de uma mesma esfera social, que fortaleciam laços horizontais. Pondo em cheque,

⁴³ PEREIRA, Magnus R. de Mello. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora UFPR, 1996. p. 88.

⁴⁴ Idem, p.91.

⁴⁵ MARQUES, Leonardo. Entre dívidas e migrações: o pós-abolição no paraná (campo largo 1888-1950). 2006. 150 f. TCC (Gradua) - Curso de História, UFPR, Curitiba, 2006.

⁴⁶ CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direites no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. 9. a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁷ RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transio. (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertao de Mestrado em História, UFF, 1990.

questões de uma historiografia anterior como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes que ao valorizar primeiramente as motivações econômicas e verticais conflitam com a importância apontada pelos laços de apadrinhamento analisados.

Além do trabalho na lavoura que era preponderante no meio rural, se destacavam os trabalhos domésticos, que empregavam boa parte dos indivíduos. O trabalho doméstico tanto no meio urbano como rural, estava diretamente atrelado ao comportamento e mentalidade escravista, por tanto, travaram-se diversos embates para sua regulamentação. Na intenção de controlar, vigiar e normatizar os indivíduos que serviam as famílias e de abrandar e garantir um mínimo de responsabilidade por parte do empregador; havia um movimento para proibição jurídica de maus-tratos, não pagamento ou falta de alimentação. Em “Uma necessidade imposta pela abolição: algumas reflexões sobre as tentativas de regulamentação do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro”, Flávia Souza, explicita essa vontade do período sobre o maior controle dos trabalhadores domésticos no Rio. Sendo que os registros exigidos dos trabalhadores tinham coincidência com arquivos policiais, analisando marcas corporais para identificação do sujeito além de conduta e antecedentes. Para amas de leite, havia exigência até de um perfil de saúde. O trabalho doméstico por muito atrelado a escravidão, era a profissão exercida por uma ampla maioria das mulheres e crianças, portanto sua regulamentação revela o jogo de poder, a tentativa de um maior controle sobre as trabalhadoras, em especial, inculcando-os à moral e os bons costumes, além da valorização do trabalho e rejeição da vadiagem⁴⁸.

A questão do trabalho infantil, foi bastante discutida no pós abolição, acarretando um Código de Menores em 1927. Soares⁴⁹ aponta que embora, como sistema político, a República tenha prezado pelo desenvolvimento do mercado

⁴⁸ SOUZA, Flávia. Uma necessidade imposta pela abolição: algumas reflexões sobre as tentativas de regulamentação do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro. In: Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói : PPGHistória- UFF, 2011. ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (org.). p.351.

⁴⁹ SOARES, Aline. “Precisa-se de um pequeno”: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927), In: Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói : PPGHistória- UFF, 2011. ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.)

econômico, houve uma grande pressão popular para proibição e regularização do trabalho infantil. Luta essa foi importante na vivência da classe trabalhadora.

Silva⁵⁰, analisa uma disputa judicial sobre bens de herança – relativos a cidade de Palmeira em 1889– deixados pelo falecido senhor para seus ex-escravizados, que incomodou sua viúva. A viúva alegou que os cativos não lhe serviram após a morte do senhor, o que esperava que acontecesse, ainda que vivessem na condição de livres. Surge a partir do caso, a questão das migrações, uma vez que todos os ex-escravizados envolvidos no processo se encontram em outras localidades, respectivamente Rio Negro e São José. Ainda que não seja explícita a motivação para essa mudança, pode-se apontar que elas auxiliavam e garantiam em certa medida a manutenção das liberdades, porque garantiam uma distância de uma gerência senhorial, mas era necessário provavelmente estar perto o bastante para vigiar os bens herdados que envolviam casas de aluguel. Outra questão apontada por Silva é a do caso de uma insatisfação de libertos quanto a injúrias raciais realizadas por um palhaço do circo, sendo que esses organizaram-se para vingar-se. Vingança que acabou malsucedida, pois foi delatada e não pôde ocorrer, a polícia foi acionada e o palhaço consegue fugir. Contudo, os indivíduos que a planejaram ficaram “marcados” na cidade de Pindamonhangaba (SP) e não mais conseguiam trabalho ali, o que motivou sua migração⁵¹.

No Paraná o contexto segue a mesma dinâmica nacional, até as décadas finais do século XIX. A imigração não tinha sido tão significativa, sendo a composição étnica e o modo de ocupação territorial pouco diferente de outras localidades analisados pela historiografia que trabalha com o sudeste escravista. As particularidades da economia da província eram o tropeirismo, o mate e posteriormente a extração madeireira – sendo essas um tanto quanto secundárias e marginais no âmbito nacional– voltado a exportação de cana-de-açúcar e café. As análises de Leonardo Marques mostram que ao longo do século XIX e XX ocorre uma migração dessa população que é basicamente crioula, negra e miscigenada, para o interior da província/estado do Paraná, em direção as “fronteiras abertas”, quando ocorreu efetivamente a ocupação do território. Com a entrada massiva de imigrantes

⁵⁰ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Vivências no pós Abolição: migração, trabalho e autonomia (1888-1926). Florianópolis: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2007. p.6

⁵¹ Idem, p.2/4.

no Paraná depois da década de 1880 e seu estabelecimento nos núcleos rurais, ocorreu uma dinamização da economia que refletiu nos centros urbanos e na rearticulação dessa sociedade.

Segundo Ribeiro⁵², as áreas cafeeiras com seu desenvolvimento econômico tentaram conjuntamente com as oligarquias estagnadas eliminar a monarquia, sendo a República encabeçada por dois setores privilegiados, os militares e os detentores de propriedades. Enquanto o mate e a madeira estavam atrelados à exportação, a agricultura de subsistência e a pecuária eram ligadas ao abastecimento interno, conformando elites agrárias de atividades diversificadas. A elite paranaense, ainda segundo Ribeiro, era conservadora e ligada à pecuária. Com a chegada de imigrantes, e os negros, então livres, a mão-de-obra tornou-se abundante, fazendo com que o capital comercial atrelado à produção manufatureira, principalmente do mate, despontasse como principal atividade econômica. Ainda que no final do período, o mate que era exportado principalmente para Argentina encontrasse uma forte proteção, sendo proibida a entrada de mate beneficiado. Os industriais do mate na província lutaram para que fossem diminuídos os impostos sobre o produto, contudo, na assembleia liderada por Dr. Manoel Eufrásio Correia entre outros deputados conservadores no ano de 1885, acabam mesmo assim, sem conseguir apoio a moção⁵³.

A política do Império se deu pela alternância no poder dos partidos liberal e conservador no poder. No Paraná o líder do partido liberal foi Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (filho do Barão de Tibagi) e seu cunhado Manoel Alves de Araújo (atrelado ao Barão dos Campos Gerais), ambos oriundos de uma elite econômica surgida no século XVII ligada ao tropeirismo e aos Campos Gerais, que adquirira títulos nobiliárquicos durante o Império. Os líderes dos conservadores da região eram Manoel Antonio Guimaraes (Visconde de Nácar), Manuel Francisco Correia (Senador do Império), Eufrásio Correia e Agostinho Ermelino de Leão, ligados à exploração do mate e ao planalto de Curitiba e ao litoral. Para Ribeiro, as adesões e filiações partidárias se davam mais por motivos de aliança e conveniência a determinado setor da elite do que foram fundamentadas por divergências ideológicas.

⁵² RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e movimento republicano. In: História: Questões e Debates. APAH. Curitiba, 1982.

⁵³ ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo. Tese (Doutorado) em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2014. p.280

Para Pereira, a burguesia ervateira num período de 70 anos, no século XIX, conseguiu transformar-se e assim à sociedade paranaense. Ainda para Pereira, a industrialização do mate está mais ligada a acumulação de capital, do que à sua melhoria técnica. Sendo que os processos artesanais de beneficiamento foram passados às fábricas, não necessariamente eliminados, e os produtores autônomos a ela incorporados. Os engenhos de mate conformavam centros urbanos com rapidez devido às outras indústrias atreladas como a madeireira e a tipográfica, concentrando assim a demanda por mão-de-obra. Devido a sazonalidade da produção do mate, que gerava ociosidade em boa parte do ano, não era rentável que essa se fizesse com mão-de-obra escrava. Por tanto já na década de 1830 há um impulso do trabalho escravo para o livre no Paraná⁵⁴.

Essa ociosidade abria brecha para os lazeres como as corridas de cavalos, jogos, fandangos. Que eram bastante criticados pelos filhos da burguesia fundiária dos Campos Gerais, bacharéis formados em São Paulo, Corte, Pernambuco ou na Europa, aonde adquiriram e passaram a prezar por costumes burgueses eurocentrados. Diferenciando-se de seus progenitores que não possuíam esse distanciamento cultural das classes menos abastadas. Essa geração vem a ocupar empregos públicos, cargos de representação política, profissões liberais e se tornam especuladores de títulos públicos⁵⁵, uma vez que o comércio de tropas e administração das fazendas estão em decadência no final do século XIX. Sendo o embate com a burguesia do mate potencializado pela visão de que essa indústria acabara prejudicando o abastecimento dos gêneros alimentícios além de estimular a ociosidade e corroborar com os costumes não-morigerados.

Sobre a vida política na província, Alves pontua que as trocas de gabinetes entre os partidos políticos durante o segundo reinado na Corte, tinham fortes consequências nas províncias. “Iniciava-se pela troca de seu presidente, que por sua vez, aliava-se aos membros do partido que estavam fora do poder, e posteriormente, iniciavam as trocas das lideranças locais, como os cargos de delegados, guarda nacional, chefes de polícia e mudanças nos próprios cargos públicos, desde

⁵⁴ PEREIRA, Magnus R. de Mello. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora UFPR, 1996. p.44/p.58.

⁵⁵ Idem, p.88.

professores, funcionários de barreiras, de cobranças de impostos, chefes da instrução pública, membros do tesouro provincial etc. tornando as administrações bastante instáveis politicamente”⁵⁶. Nos 36 anos do período provincial a província do Paraná teve 27 presidentes e 25 vice-presidentes, refletindo as dificuldades de administração de uma região de poucos recursos e receitas⁵⁷.

O clube Republicano surgiu como uma sociedade literária com 30 membros, em dissidência dos partidos monárquicos e incorporava novos elementos da classe média urbana que não participavam da política até então. O contexto paranaense era de crise econômica e de instabilidade política na administração da província, sendo que em julho de 1889, não houve convocação de assembleia por Balbino Cunha e nem cobrança de impostos. Os Republicanos provocaram um racha no partido conservador, que em parte apoiou à adoção do novo regime. O apoio veio do Barão do Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia), mas posteriormente esse apoio foi recusado. A República, para Ribeiro, se deu então pelo golpe militar com a participação conjunta das oligarquias. Sendo o governador escolhido para a província do Paraná, Coronel Francisco Cardoso, de confiança da monarquia, cuja finalidade era garantir a ordem pública.

Para Correa⁵⁸, o republicanismo do Paraná, em sua vertente dominante, esteve intimamente atrelado aos projetos de modernização conservadora das elites ervateiras, que em ascendência econômica nos últimos anos do século XIX e início do século XX, conseguiram também se estabelecer no controle político com a consolidação do novo regime. Ainda para autora, nesse período estudado, o campo da intelectualidade estava diretamente conectado ao campo político, sendo que os indivíduos que escreviam para os jornais eram também, políticos, deputados, vereadores, servidores públicos e professores⁵⁹. Sendo esses espaços, político e intelectual, ocupado por uma restrita elite letrada que se aparelhava no poder local, e conseguia sustentar sua posição através de alianças em âmbito nacional, que eram importantes para

⁵⁶ Idem, p.234

⁵⁷ MARTINS, Romário. História do Paraná. 3.ed. Curitiba: Guaíra, [s.d.]. p.334.

⁵⁸ CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006. P.8

⁵⁹ Idem, p.14.

representação de seus interesses locais. Muitos dos membros e filhos das elites, estudaram em São Paulo na Côrte ou mesmo no Recife, além de possuírem laços familiares que conectavam-se às elites nacionais.

Alguns indivíduos de classe média conseguem nesse período conquistar melhores posições sociais e atuar politicamente durante a República, ainda que, encontrem entraves caso suas ideias e projetos não estivessem atrelados aos interesses da elite ervateira. Indivíduos, como Rocha Pombo e Justiniano de Mello, que ocupavam posições dominadas – em contraposição aos sujeitos considerados dominantes por possuírem substrato sócio-econômico mais arraigado–, como analisados por Correa, acabam por tecer diversas críticas à maneira como é conduzida à implementação da República e a ditadura sustentada por Deodoro. Sendo assim, marginalizados politicamente, o que culmina numa radicalização de seus engajamentos, ainda que discursivamente, ao socialismo e ao anarquismo, respectivamente.

As elites do Paraná se dividiam, segundo Correia, entre a elite rural dos Campos Gerais, constituída no século XVIII por meio do comércio de gado para a feira de Sorocaba, fundada em grandes fazendas e sustentadas pelo trabalho escravo⁶⁰, e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral que teve sua ascensão com o desenvolvimento das ferrovias nas décadas de 1870/1880 e impulsionou outras indústrias como a madeireira (fundamental para produção das barricas que armazenam e exportam o mate) e até a tipografia (impressão dos rótulos das barricas)⁶¹. Para autora, a indústria do mate, elevada a uma fase industrial nas décadas finais do século XIX, leva ao quase desaparecimento do trabalho escravo, como defendido também por Pereira⁶², direcionamento a mão-de-obra escrava restante para indústria cafeeira em São Paulo⁶³.

Ainda para Correia, a reorganização partidária no Paraná com a República contou com os mesmos influentes personagens que acumularam capital político

⁶⁰ Idem, p.20

⁶¹ Idem, p.22.

⁶² PEREIRA, Magnus R. de Mello. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

⁶³ CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006. Idem, p.24.

durante o período imperial. Embora o equilíbrio tenha sido alterado, fazendo com que a burguesia ervateira, então economicamente privilegiada, se sobressaísse às elites tradicionais. Essas elites se reconfiguram em dois partidos; o Partido Republicano Federal, composto por republicanos e antigos conservadores, e a União Republicana, antigos liberais e republicanos históricos do litoral⁶⁴. O Clube Republicano de Curitiba, que produzia o jornal “A República”, estava alinhado com o Partido Republicano Federal. A União Republicana produziu o jornal “Diário do Paraná” e tinha basicamente a mesma orientação política do “A República”, de aspirações positivistas e idealistas, representando mais uma disputa de poder e influência intra-elites⁶⁵.

⁶⁴ Idem, p.56.

⁶⁵ CORREA, p.184.

2.3 CURITIBA, A CAPITAL E A CIRCULAÇÃO PELA PROVÍNCIA

A outra possibilidade que surgia para os ex-escravizados que não conseguiam posse ou usufruto de terras para sua subsistência ou para aqueles que intentavam se livrar das relações de subordinação já estabelecidas na sociedade rural, era transferir-se para a cidade, aonde conseguiriam realizar pequenos serviços ou mesmo chegar a especializar-se em alguma profissão, como pedreiro ou sapateiro, por exemplo. Para as mulheres sem laços familiares no campo, o meio urbano também era uma possibilidade de sobrevivência⁶⁶. As cidades apresentavam melhores oportunidades para aqueles que tinham o acesso à terra freado e sofriam com a “precarização” das relações no campo, pois, os contratos viviam sob a ameaça de serem substituídos. Os trabalhadores contratados também corriam risco de serem obrigados a migrar, uma vez que dependiam de casa e comida fornecidas pelo empregador.

Para Pereira, os escravos, libertos, pardos, mulatos e brancos despossuídos eram um grupo cultural homogêneo, que trabalhavam conjuntamente na construção civil, como jornaleiros agrícolas, na condução de tropas, como biscateiros ou proletários fabris⁶⁷. O que auxiliou na formação de laços de solidariedade que funcionaram como rede de acobertamento e fuga para escravizados no período final da escravidão. Pereira ressalta ainda que para o engenho os negros eram contratados, mas para atuação no comércio, que tinha contato direto com a população, esses eram excluídos⁶⁸.

Pereira, aponta que na legislação portuguesa é encontrada a definição de cidade em oposição a de campo. Sendo essa reservada a finalidades comerciais e artesanais, sendo destinada aos agricultores apenas a região do rocio, às margens da urbe. A cidade era caracterizada por arruamento retilíneo e ortogonal, adensamento de quadras de mesma volumetria, ausência de vegetação, arquitetura tardo-luso-brasileira, sendo passíveis de multa e eliminação imóveis degradados ou em ruínas, com separação nítida entre o público (rua, fachadas) e o privado (terrenos e quintais).

⁶⁶ MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados das liberdades no Sudeste Escravista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p.57/58.

⁶⁷ PEREIRA, Magnus R. de Mello. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora UFPR, 1996. p.164.

⁶⁸ Idem, p.86.

Os engenheiros, eram os profissionais urbanos por excelência, considerados de formação científica e apartidários⁶⁹. Pereira analisa ainda a transformações ocorridas na concepção de cidade e na arquitetura urbana com o passar do século XIX, havendo uma reconciliação do industrial com a natureza (diferenciada do mato caótico) com a construção dos Parques, como o Passeio Público. Há um alinhamento à arquitetura burguesa urbana residencial, no final do século, passando a compreender as residências como objetos isolados, havendo um desligamento do alinhamento predial⁷⁰. Na periferia as casas eram feitas de madeira, e a indústria madeireira empregava boa parte da mão-de-obra assalariada que a habitava. Ainda que alguns imigrantes tivessem o desejo de permanecer camponeses, acabam ocupando posições híbridas de agricultores, criados domésticos ou operários⁷¹.

O aumento dos serviços burocráticos proporcionou espaço para os letrados de poucas posses, além de emprego para dos filhos da burguesia. Por volta de 1853 a diferenciação entre os hábitos burgueses e populares já era acentuada, sendo as posturas municipais reflexo dessa necessidade de enquadramento dos populares a lógica da positividade do trabalho e da acumulação, pregadas pela elite burguesa. Os compêndios de civilidade buscavam essa regulamentação, reprimindo e controlando as diversões, proibindo também o porte de armas⁷². Embora alguns costumes, como as corridas a cavalo, por exemplo, tenham permanecido como diversão dos homens abastados. Inclusive, há anúncios dessa atividade no jornal “A República” que contém nomes de ex-senhores de escravizados, contemplados no próximo capítulo.

Os médicos, sanitaristas e higienistas também foram importantes agentes da atuação do Estado, corroborando por exemplo, para dissociação de práticas nocivas arraigadas, como o sepultamento dentro de propriedade de Igrejas nos centros urbanos, que provocavam a contaminação do solo e das águas. Para esses, os afro-luso-brasileiros não eram insalubres ou anti-higiênicos, inclusive, as levas de imigrantes eram culpabilizadas pelo alastramento de doenças, como o sarampo,

⁶⁹ Idem, p.103.

⁷⁰ Idem, 98/129.

⁷¹ Idem, p.130.

⁷² Idem, p136.

escarlatina, tifo e a lepra. Sendo malvistas como um proletariado cosmopolita miserável que habitava as periferias⁷³.

Eduardo Silva em “Domingo, Dia 13: O underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade”⁷⁴ ressalta a importância da tecnologia na reconfiguração das relações de poder, uma vez que com as linhas de trem e barco a vapor era muito mais fácil e rápido fugir para longe, além de garantir a comunicação via telégrafo, que foi fundamental para os abolicionistas, organizando e apoiando fugas e solidariedades. O embate para definir a passagem da ferrovia por Paranaguá ou Antonina, demoradamente discutido na assembleia provincial, esteve atrelado às disputas intra-elites da Província, que viam nessa construção oportunidades de obter benefícios aos seus engenhos ou outros negócios.

Para Spiller Pena, ainda que os escravizados fossem menos representados populacionalmente na cidade de Curitiba em relação a outras cidades, no censo de 1872, consta que eram 8% (921 pessoas). A participação da população negra e mulata, contudo, era de 35%⁷⁵, representando a presença significativa do cativo como instituição na província. Com o processo de abolição, Spiller Pena, observa a necessidade de recrudescimento no controle das autoridades sobre os trabalhadores nacionais, então associados ao ócio e à vadiagem, sendo o imigrante exaltado por seu esforço, responsabilidade e qualidades raciais que auxiliariam no esquecimento da “marca” da escravidão no bojo da sociedade. Discutiam-se inclusive projetos de leis pela repressão da ociosidade. Houve ainda proibições para os escravizados, como se envolver em comércio de bens de valores, a exigência de salvo-conduto para circulação e a obrigatoriedade de uso de trajes adequados nos estabelecimentos, buscando limitar seu acesso. Existia contudo, na cidade de Curitiba, pouco policiamento por falta de agentes oficiais, assim, contava-se com o apoio da população local para vigiar e denunciar os indivíduos “transgressores”, sendo a

⁷³ Idem, p.160.

⁷⁴ SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha e SERVA, Matheus P. (org.) Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPG.HISTÓRIA/UFF, 2011.

⁷⁵ PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: Fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. In: História Questões e Debates, ano 9, nº 16, junho de 1888. p.84.

população coagida inclusive a não servir ou acoitar escravizados em bares e outros estabelecimentos, por exemplo, sob pena de multa⁷⁶.

No contexto de Curitiba e do Paraná em geral, a cidade não estava tão distante do meio rural, ainda que essa dicotomia pudesse ser observada, por meio de anúncios no jornal conhecemos um pouco sobre os limites da urbanidade da “capital”, sendo encontradas chácaras e estâncias em localidades que distavam pouco mais de uma dezena de quilômetros do centro urbano. Como exemplo de anúncio no jornal “A República”: “Aluga-se excelente chácara, a rua do Iguassu, travessa Oliveira Bello, com quintal”⁷⁷. Essa urbanidade estava permeada em suas margens com elementos de ruralidade, principalmente por que fazia parte das aspirações dos imigrantes ali instalados, possuírem sua própria propriedade e cultivarem gêneros alimentícios que lhe garantissem a subsistência e que por vezes faziam o abastecimento da cidade, potencializado pela proximidade. Anúncios de venda de leite, queijos e vinhos⁷⁸, demonstram a disponibilidade e a valorização desses produtos perecíveis, que necessitavam rápido acesso ao centro consumidor, por tanto, conectando a urbanidade e a produção de suas margens.

Continuaremos abordando alguns aspectos sobre Curitiba e vida na província que são corroborados pelas leituras do jornal “A República”, a fonte principal analisada dentro desse trabalho. O jornal será melhor abordado no próximo capítulo bem como os ex-senhores de escravos e as elites retratados em suas páginas. Mas por hora, cabe ressaltar assuntos que são caros a temática abordada nesse capítulo a cerca das conformação das relações entre a capital e a circulação na província.

Também aparecem no jornal anúncios de venda de cavalos⁷⁹, denotando essa relação intrínseca com o rural, ainda que possivelmente pudessem ser utilizados para a locomoção dentro da cidade, esses animais destoavam das modernizações que eram paulatinamente incorporadas, como os bondes e automóveis. Há também notícia sobre o desaparecimento de uma besta zaina de posse de André Cornelsen, em São José dos

⁷⁶ Idem, p.90/91.

⁷⁷ 27/12/1889 n.74.

⁷⁸ 03/12/1889 n.53.

⁷⁹ 24/05/1888 n.20.

Pinhais, que é reiteradamente anunciado⁸⁰. Assim, temos evidências da proximidade e circulação entre Curitiba e São José dos Pinhais, uma vez que o jornal era publicado nessa capital, além de apontada a importância e o valor atribuído a tal animal, que não poderia valer pouco devido ao investimento em sua procura.

“Aviso – Comissão de terra no vale do rio Iguassú. Desapareceu do núcleo “Lourenço d’Albuquerque” – uma besta zaina preta alta, pertencente a esta comissão e que foi de propriedade de André Cornelsen. Quem apreender e entregar n’aquele núcleo ou neste escritório será gratificado. S. José dos Pinhais, 11 de dezembro de 1889, O escriturário – Antônio R. Negrão.”⁸¹

As movimentações e deslocamentos parecem ser frequentes pela província pois eram organizadas diligências para o interior em dias alternados, para: Castro, Campo Largo, São Luiz, Palmeira, Ponta Grossa, Capim, Jaguariaíva, Rio Negro, Lapa e Iguaçú⁸². Existem diversas notícias que lamentam as condições das estradas entre essas localidades. Notícias de estradas ruins para Lapa e Campos Gerais com diversos pontos de encalhe⁸³. No número 41 de 8/11/1888 há mais reclamações sobre as estradas e faz menção ao fato de levar-se 3 a 4 dias em carroça para Campo Largo.

No número 08/11/1888 n.41 é relatado o caso de um bonde atravancado por uma carroça na frente da casa do Sr. Jose Fernandes Loureiro (que possuía 1 escrava). Evidenciando o tensionamento causado pela modernização ainda não incorporada completamente ao ritmo e a vida da capital provinciana.

Há algumas menções a ampliação da malha ferroviária que contribuía para o desenvolvimento das cidades e fortalecimento das conexões com a Capital, em notícia de 11/10/1888 é mencionado os trabalhos que serão iniciados no prolongamento da estrada de ferro para Rio Negro, em direção ao sul, pelo engenheiro Dr. Teixeira Soares (que não aparece na lista de senhores de escravos). Os projetos da estrada de ferro foram bastante disputados na câmara por deputados conservadores e liberais, já que seu trajeto envolvia um grande investimento Estatal e interesses pessoais. Desse modo, o jogo político condicionava o desenvolvimento das localidades interioranas e ainda que a tecnologia fosse vista de maneira benéfica, ocasionava conflitos de

⁸⁰ 17/12/1889 n.65.

⁸¹ 17/12/1889 n.65.

⁸² 17/08/1889 n.31

⁸³ 1/11/1888 n.40 p.3

interesses com possíveis ocupantes “irregulares” das terras escolhidas para o trajeto da ferrovia, basicamente caboclos e livres pobres. Conflitos que posteriormente impulsionaram a Guerra do Contestado (1912-16), um dos maiores conflitos do Paraná durante o período Republicano, também na região sul e fronteira do Estado.

Em 21/05/1889 n.19 há anúncio sobre a grande exposição de Paris, dizendo que alguém da província de São Paulo estaria por lá. Essa menção a São Paulo recobra a filiação dos partidários do “A República” que estavam diretamente atrelados aos interesses e à elite do Partido Republicano Paulista. Demonstra também esse afã e a busca de São Paulo por participar de um evento internacional, se inserindo social e politicamente num contexto mais amplo, internacional, demonstrando a postura modernizante e eurocentrada da burguesia “republicana”. A notícia parece considerar que esse representante de São Paulo “valia” também em quanto representante do Paraná, trazendo noção de proximidade entre os interesses dessas duas localidades.

2.4 IMPRENSA PERIÓDICA NA PROVÍNCIA E O PERFIL DO JORNAL A REPÚBLICA

Em 1853, por conta da emancipação da província do Paraná, nasce o primeiro periódico o Dezenove de Dezembro. Contudo até por volta de 1871, às publicações eram difusas e com pouca regularidade, o Dezenove de Dezembro, por exemplo, passa a ser publicado diariamente só a partir de 1884. Embora Graf encontre para o período final da escravidão de 1871-1888 mais de 60 publicações, poucas dessas publicações tem uma quantidade significativa de exemplares e que cobriram um período maior do que um ou dois anos, além de poucas terem sido preservadas⁸⁴.

Nesse contexto, surgiu o jornal “A República”, cuja primeira publicação acessível é de 2 de janeiro de 1888, como órgão do Clube Republicano com intuito de propagar um antimonarquismo. Sendo publicado durante 44 anos, findando em 1930 com a deposição do governo estadual. A especificidade dessa fonte e sua importância são abordadas no livro “Cem Anos de Imprensa no Paraná” de Osvaldo Pilotto⁸⁵. O jornal se encontra disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional e é de fácil acesso, contando também com cópias microfilmadas na Biblioteca Pública do Paraná. No presente trabalho abarcaremos apenas a leitura de seus anos iniciais, 1888 e 1889, embora a fonte legue possibilidade de trabalho com períodos posteriores que não puderam ser contemplados nesse trabalho por conta da extensão das questões já levantadas nesse breve recorte. Realizou-se conjuntamente com a leitura do jornal o cruzamento nominativo com as listas de classificação para o fundo de emancipação disponíveis no Arquivo Público do Estado. Assim, foi possível obter mais informações sobre quem eram os ex-senhores de escravos e aspectos da sociedade da época.

O jornal era publicado semanalmente, sendo o primeiro número de 02/01/1888. Em 21/11/1889 (n.43) esse começa a ser publicado diariamente. O jornal era composto de quatro páginas, sendo uma de anúncios. Sua tiragem era de mil exemplares e aqueles que não devolvessem o jornal eram considerados “assinantes”.

⁸⁴ GRAF, Maria Elisa de Campos. Imprensa Periódica e escravidão no Paraná. Grafipar, Curitiba, 1981. p.18/19.

⁸⁵ PILOTTO, Osvaldo. Cem Anos de Imprensa no Paraná: (1854-1954). Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976. p.74 (Estante Paranista).

Não foi possível consultar os jornais do número 33 ao 42 do ano de 1889, pois não estavam disponíveis, o que contudo não atrapalha de modo geral as análises realizadas no próximo capítulo.

3. OS EX SENHORES DE ESCRAVOS

3.1 O JORNAL “A REPÚBLICA” E OS EX-SENHORES DE ESCRAVOS

O jornal como órgão de um partido político e de tamanho sucinto (4 páginas), contém mais discursos atrelados as causas políticas relevantes no contexto do que outros tipos de discussão. Contudo, é possível encontrar informações a cerca dos indivíduos envolvidos na vida da Província e outras questões que suscitam curiosidade, o que foi possível principalmente devido ao cruzamento dos nomes com a dissertação de Amélia Correa⁸⁶ e a tese Alessandro Alves⁸⁷ que nos forneceram informações importantes sobre os ex-senhores de escravos. Nesse item traremos a tona algumas notícias levantadas no jornal que tenham alguma relação ou menção a nomes de ex-senhores de escravos. Os senhores de escravos que tinham ligação com a causa Republicana serão melhor abordados no próximo item.

Entre a lista de assinantes pagantes do jornal encontramos: Antonio Gomes Vidal⁸⁸ que possuía os seguinte quatro escravizados; Severina, Cezaria, José e Francisco. Antonio Gomes Vidal também foi sócio/fundador do Clube dos Girondinos, que funcionou na casa do St. Vidal na Rua Imperatriz⁸⁹. Esse clube conta também com a participação de Emiliano Pernetta e Jesuino Marcondes de Oliveira Sá⁹⁰. Embora não tenha sido encontrado mais especificações a cerca da atividade desse Club literário, Correa, menciona também a participação de Rocha Pombo (foi do Partido conservador, não apoiou o golpe de Deodoro, suas criticas a instauração da República o afastam da política), Menezes Dória (foi do partido Liberal, participa depois da União Republicana Paranaense), Eusébio da Motta, Leôncio Correia (conservador, contra o golpe mas atua no Partido Republicano Federal), Nestor Castro, Sebastião Paraná, Dario Veloso, Jaime Balão entre outros⁹¹.

⁸⁶ CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006.

⁸⁷ ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo. Tese (Doutorado) em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2014.

⁸⁸ 27/02/1888 n.9 e 23/07/1888 n.9.

⁸⁹ 03/08/1889 n.23.

⁹⁰ 21/11/1889 n.43.

⁹¹ CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006. p.33.

Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, filho do Barão do Tibagi, que chega a ser presidente da Província em 1889⁹², possuía 5 escravizados na lista de Castro. Outras atividades encontradas no jornal em seu nome são: presidindo uma reunião do partido liberal⁹³ e um deslocamento para o norte (sem mais especificações) com Dr. Sergio F. de Souza Castro e Dr. Menezes Doria⁹⁴. Foi também chefe do partido liberal entre 1853 e 1889, e ocupou diversos cargos públicos, “Deputado provincial por São Paulo em 1850/51 (suplente); Inspetor geral da Instrução Pública do Paraná em 1854, Procurador fiscal do tesouro provincial em 1855, Deputado à Assembleia Provincial do Paraná em 1854/55, 56/57 e 60/61, Presidente da Câmara de vereadores de Curitiba 1857/60, 1º suplente de Deputado geral em 1854, Deputado geral em 1857/60 e 64/68, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Gabinete Furtado em 1864/65 (Ministério Liberal) na qual se destacou em algumas ações frente a crise financeira da época, exploração de rios no Paraná, incentivou a imigração e o início da Guerra do Paraguai em 1864 (foi o primeiro paranaense a alcançar um cargo de ministro de Estado); Foi Vice-presidente da Província do Paraná em 1878; 79; 82; Chefe de polícia do Paraná em 1879; E então Presidente da província do Paraná em 1889, até a proclamação da República; seus amigos eram o Dr. Marques dos Santos e o Dr. Manoel Alves de Araújo. Seus opositores eram, o político Vicente Machado e os membros do partido conservador.⁹⁵ Era mais um dos ex-senhores de escravos da elite tradicional, ligado aos Campos Gerais e o comércio de tropas, atrelado a vida política e que perde seu cargo da presidência de Província com o advento da República, então apoiada pelos conservadores, então em atrito com sua figura, pois fora chefe do partido Liberal.

Em lista de assinantes do jornal⁹⁶ aparecem: Manoel Ferreira de Mello⁹⁷ de São José dos Pinhais, militar, com 2 escravizados (foi também vereador em 1857/60 e eleitor 1867/68⁹⁸); Joaquim Ventura Almeida Torres, proprietário, com 7 escravizados (abordado em parágrafo específico a seguir); Alfredo Caetano Munhoz, empregado

⁹² 27/11/1889 n.48.

⁹³ 23/11/1889 n.45.

⁹⁴ 29/11/1889 n.50.

⁹⁵ ALVES, p. 351.

⁹⁶ 30/07/1888 n.28.

⁹⁷ Vereador por São José dos Pinhais, 1857/60, eleitor 67/68, segundo ALVES.

⁹⁸ ALVES p.439 e p.459.

público, com 1 escravizada (abordado em parágrafo específico a seguir); Jose de Barros Fonseca, negociante, com 2 escravizadas (abordado em parágrafo específico a seguir); Tenente Coronel Manoel Gonçalves dos Santos, proprietário, com 3 escravizados (vereador em 1861/64⁹⁹, 1873/76¹⁰⁰, 1883/86¹⁰¹, eleitor em 1861/63¹⁰², 1878/81¹⁰³ e juiz de paz 1887/90¹⁰⁴); Aguello de Sá Ribas, militar, seu nome não aparece na lista com escravizados, mas existem vários outros Sá Ribas, que estão atrelados a elite política da Província; João Ferreira Gomes, proprietário, com 3 escravizados (vereador por Porto de Cima em 1883/86¹⁰⁵).

Joaquim Ventura de Almeida Torres, filho de Mariano Torres um dos maiores capitalistas da província, foi um industrial do mate, residente em Curitiba, ligado ao partido liberal. Foi eleitor em 1867/68¹⁰⁶, 1878/81¹⁰⁷, vereador em 1873/76¹⁰⁸, 1877/80¹⁰⁹, 1880/81¹¹⁰, 1883/1886¹¹¹ e 1888/1889¹¹², juiz de paz em 1881/82¹¹³. Atuando também como deputado estadual em 1895/96, 97/98 e 99; Juiz distrital; Camarista e Presidente da Câmara municipal¹¹⁴.

Alfredo Caetano Munhoz aparece ainda algumas vezes no jornal, relato da feitura de um retrato a óleo seu¹¹⁵, participa de banca geral de testes preparatórios de Inglês¹¹⁶, compõe comissão para projeto de orçamento do ano de 1890¹¹⁷, tem um

⁹⁹ ALVES, p.443.

¹⁰⁰ ALVES, p.474.

¹⁰¹ ALVES, p.487.

¹⁰² ALVES, p.447.

¹⁰³ ALVES, p.484.

¹⁰⁴ ALVES, p.492.

¹⁰⁵ ALVES, p.491.

¹⁰⁶ ALVES, p.457.

¹⁰⁷ ALVES, p.484.

¹⁰⁸ ALVES, p.474.

¹⁰⁹ ALVES, p.481.

¹¹⁰ ALVES, p.228.

¹¹¹ ALVES, p.487.

¹¹² ALVES, p.293.

¹¹³ ALVES, p.484.

¹¹⁴ ALVES, p.408.

¹¹⁵ 17/08/1889 n.31.

¹¹⁶ 24/11/1889 n.46.

¹¹⁷ 08/12/1889 n.58.

indeferimento do orçamento da assembleia¹¹⁸ e aparece como passageiro do paquete Rio de Janeiro¹¹⁹.

José de Barros Fonseca, que apareceu em lista de assinantes do jornal anteriormente citada, foi eleitor 1878/81¹²⁰, possuiu duas escravizada, aparece em anúncio do Club Militar sobre resgate da dívida interna do Brasil¹²¹ e em reunião do corpo comercial no salão Tivoly¹²². Nessa mesma reunião do corpo comercial aparece também Jose Fernandes Loureiro, segundo a lista dos fundos de emancipação possuía escravizada Benedita, esse também aparece em exéquias do Monarca D. Luiz 1º de Portugal¹²³;

Os seguintes ex-senhores de escravos aparecem em editorial indignados denunciando campanha difamatória de uma mulher com nome inglês: Antonio Francisco Correia de Bittencourt (1 escrava, é mencionado no parágrafo seguinte), Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes (1 escrava), Jose de Barros Fonseca e família (2 escravas, já abordado em lista de assinantes), Generoso Marques dos Santos (possui com seu irmão 2 escravos, será abordador a seguir) e Joaquim Jose B. Bittencourt, tabelião (2 escravas, irmão do deputado conservador Francisco José Correia de Bittencourt de São José dos Pinhais e de Manoel José da Cunha Bittencourt também deputado¹²⁴)¹²⁵.

Uma notícia curiosa é da escavação no quintal de Sr. Antônio F. Bittencourt¹²⁶ que resulta encontrando um tronco ou vara para açoite de escravos, que o jornal anuncia como “bárbaro” instrumento utilizado no século passado, contudo o mesmo senhor, segundo a Lista de Classificação, fora proprietário da escravizada Rita na década anterior. Deflagrando a contradição latente entre objeto tido como “do passado”, ainda que a instituição que fundamentava e justificava seu uso ainda

¹¹⁸ 27/12/1889 n.74.

¹¹⁹ 29/12/1889 n.76.

¹²⁰ ALVES, p.484.

¹²¹ 27/12/1889 n.74.

¹²² 26/11/1889 n.47.

¹²³ 17/12/1889 n.65.

¹²⁴ Segundo ALVES, p.423; tenente da segunda Companhia de Curitiba [1857]; Suplente juiz municipal em 424 Curitiba [1870]; Capitão da Guarda Nacional [1871]; Tenente coronel [1873]; Deputado provincial [1874/75, 76/77, 78/79]; membro da caixa econômica [1885]; administrador geral dos correios da província [1885/89]; Eleitor em Curitiba [1889];

¹²⁵ também aparece como oficial de registro em 26/12/1889 n.74.

¹²⁶ 27/02/1888 n.9

permaneça presente nas experiências dos indivíduos. Antônio Francisco Correa de Bittencourt foi vereador conservador em 1870/72 e 1883/86, deputado provincial em 1888/89 e juiz de paz 1887/90¹²⁷. Há mais uma menção ao nome de Antonio F. Correa de Bittencourt em um convite dos membros do diretório conservador da cidade para eleitores tratarem sobre nova forma de governo¹²⁸. Também há uma nota de falecimento de Maria Biscaia de Bittencourt, sua esposa¹²⁹.

Ainda sobre membros da família Bittencourt aparece em notícia o falecimento de José Correia de Bittencourt¹³⁰ (foi vice-presidente do partido conservador, eleitor em 1861/63, 1869/72, 1872/76, 1877/78, juiz de paz em 1865/68, 1870/71, seu pai era Manoel José da Cunha deputado provincial 1855, 1856/57 e abastado industrial do mate¹³¹, seu tio, por tanto, Joaquim Jose B. Bittencourt), na lista aparece João José Correa Bittencourt com 2 escravas. Essa família da elite paranaense parece ainda ocupar um papel preponderante durante a República devido a sua reiterada menção e ligação com o aparato burocrático estatal.

Generoso Marques que possuía duas escravizadas conjuntamente com seu irmão, aparece nas seguintes noticiais: acerca de reunião do Partido Liberal¹³², a Tesouraria da Fazenda lhe paga ajuda de custos como deputado da assembleia legislativa¹³³, como integrante de comissão de instrução pública¹³⁴ e em anúncio do Club Militar sobre resgate da dívida externa¹³⁵. Também aparece liderando conferencias abolicionistas, que serão abordadas no próximo item desse capítulo, por constituírem assunto que deve ser trabalho com melhor detalhamento.

O coronel Joaquim Alves de Araújo, que foi candidato a deputado em 1889¹³⁶, não consta na lista de ex-senhores de escravos, contudo sua localidade provável é Antonina, que não foi consultada. Nas listas que foram trabalhadas, aparece Francisca

¹²⁷ ALVES, p.364.

¹²⁸ 21/11/1889 n.43

¹²⁹ 14/12/1888 n.46.

¹³⁰ 16/11/1888 n.42.

¹³¹ ALVES, p.175.

¹³² 10/08/1889 n.30.

¹³³ 08/12/1889 n.58.

¹³⁴ 18/12/1889 n.66.

¹³⁵ 27/12/1889 n.74.

¹³⁶ ALVES, p.309

Alves de Araújo de São José dos Pinhais com 6 escravizados¹³⁷. Joaquim Alves de Araújo aparece no jornal em reunião do partido liberal¹³⁸ com Generoso Marques (já abordado). Os Alves de Araújo estão ligados tanto aos interesses da erva-mate no litoral quanto ao comércio de tropas, Manoel Alves de Araújo e Antonio Alves de Araújo, irmãos do coronel Joaquim, governam por toda década de 1880 e parte da década de 1860¹³⁹, foram também aliados do clã Oliveira Sá e Jesuino Marcondes¹⁴⁰. Ainda que não apareça na lista de ex-senhores de escravos consultadas, Joaquim Alves de Araújo está ligado a uma família escravista filiada ao partido liberal no período imperial. Seu irmão (Conselheiro) Manoel Alves de Araújo, participara da União Republicana, mostrando alguma continuidade da linhagem na política.

Segundo notícia de 27/04/1888 (n. 17), Curitiba contava então com 332 escravizados, 125 haviam ganhado liberdade ou falecido. Sendo listados o maiores proprietários: tenente coronel Benedito Eneas de Paula¹⁴¹, diz-se que possui 9 escravos, na lista contava com apenas 6 escravizados (será abordado mais a frente, proferindo conferência abolicionista); Serafim da Silva Pinto¹⁴² com 7 escravos, embora seu nome não conste na lista; Joaquim Antonio da Cruz com 7 escravizados, constam na lista 8; espólio de Joao Ignácio Cordeiro com 7 escravizados, não aparece na lista; João José de Freitas com 6 escravizados, na lista aparece apenas com uma escravizada; Jeronymo Mendes dos Santos¹⁴³, 6 escravizados, também não está na lista; Padilha e Irmãos com 5 escravizados, na lista aparece Modesto Gonçalves Padilha com 1 escravizada. Pouco se pode dizer sobre esses ex-senhores de escravos dos quais não encontrou mais informações na bibliografia ou na fonte, desse modo,

¹³⁷ 10/08/1889 n.30.

¹³⁸ 10/08/1889 n.30.

¹³⁹ ALVES, p.328.

¹⁴⁰ ALVES, p.333.

¹⁴¹ Era membro do partido liberal, sogro de Generoso Marques, segundo ALVES p.369: Empreiteiro de obras públicas [1854] como o Cemitério Municipal; Tesoureiro provincial; juiz de paz; vereador e presidente da câmara municipal de Curitiba [1855]; Capitão da Guarda Nacional de Curitiba [1857]; Deputado provincial [1858/59, 60/61, 62/63, 64/65, 66/67, 78/79, 80/81]; neste período é deputado junto com seu pai Padre Isaiás; membro da comissão de construção da nova Igreja Matriz de Curitiba; Tesoureiro da província [1885]; Chefe de polícia da província [1886]; A câmara de Curitiba modifica o nome da rua do Rosário para rua Enéas de Paula, no centro da cidade, estando ele ainda vivo, “em atenção aos serviços que tem prestado ao município” (Dezenove de Dezembro, 4/jul/1888).

¹⁴² Imediato de votuverava, 1869/72, eleitor por Arraial Queimado em 72/76, eleitor por Tibagi em 77/78, segundo ALVES.

¹⁴³ Eleitor em Curitiba 61/63, juiz de Paz de Arraial Queimado em 73/76, eleitor em Arraial Queimado, 77/78, vereador de Arraial Queimado 77/80 e 81/82, Segundo ALVES.

podemos apenas apontar que não tiveram uma participação política relevante, ainda que não saibamos a cerca da manutenção de seu privilégio sócio-econômico.

Há o relato de falecimento de Guilhermina Pereira Jorge¹⁴⁴, filha de José Pereira Jorge (tenente, já finado, que possuiu um escravizado) e seu tio era Antonio Ennes Bandeira, político liberal, abordado a seguir.

O (Capitão) Antonio Ennes Bandeira que possuía os escravizados Cândida e Jacinto, era do partido liberal e foi também eleitor em 1861/63, 1863/67, 1878/81, imediato em 1869/72 e vereador em 1873/76¹⁴⁵. Outra menção notável ao seu nome são os repetidos anúncios de seu depósito de madeiras nos primeiros números do jornal, apontando para participação de um ex-senhor de escravo no que posteriormente se tornará um dos pilares econômico da província, a exploração de pinho¹⁴⁶, ainda que não encontramos relatos de sua continuidade na política.

Benedito Carrão aparece como auxiliar de higiene pública¹⁴⁷, consta na lista Benedito Pereira de Souza Cassão com 3 escravizados, é possível que não sejam a mesma pessoa. Benedito Pereira da Silva Carrão, foi membro do partido conservador, negociante e jornalista, fundador, diretor e proprietário do jornal *O Paranaense* e da *Gazeta Paranaense*, também foi deputado em 1884/85. Durante a República foi deputado estadual e Secretário do Congresso, além de comissário de Polícia e chefe de polícia¹⁴⁸. Assim, observamos um ex-senhor de escravos que consegue dar continuidade em sua privilegiada posição social e política.

A seguir algumas notícias e menções a ex-senhores de escravos dos quais não foi encontrada nenhuma informação adicional, não auxiliando sobre conclusão de sua posição social no período Republicano: Sr. Teixeira de Freitas, na lista existe Francisco Teixeira de Freitas de São José dos Pinhais, com 3 escravizados.; Luiz Antonio Ribeiro, agricultor, importou um imigrante da ordem de Cristo, na lista aparece com 2 escravizados¹⁴⁹.; Retorno do estudante de medicina João Moreira do

¹⁴⁴ 06/08/1888 n.29.

¹⁴⁵ ALVES, p.474.

¹⁴⁶ LAVALLE, Aida Mansani. A madeira na Economia Paranaense. Dissertação UFPR, 1974.

¹⁴⁷ 13/08/1888 n.30.

¹⁴⁸ ALVES, p.370.

¹⁴⁹ 17/09/1888 n.34.

Couto Júnior¹⁵⁰. Na lista de Castro, existe um João Moreira do Couto, possivelmente seu pai, que possuía 3 escravizadas. João Moreira do Couto também é citado, tendo um requerimento seu enviado ao Governo do Estado sido indeferido em vista do art. 1º da lei n.960 de 31/10/1889¹⁵¹.; Antonio Martins Franco com a escravizada Ignacia, aparece em anúncio de busca de pulseira perdida na igreja da Ordem Terceira¹⁵².; Em requerimentos despachados do Governo aparece João Moreira Garcez, na lista com 5 escravizados, seu requerimento resulta na resposta: informe o tesouro do Estado¹⁵³.; Exame de Francês e Alemão, Ignácio d'Almeida Faria, na lista aparece com 3 escravizados¹⁵⁴.

O Clube de Corridas Paranaense anunciado¹⁵⁵ tem como juiz da partida João Biscaia, na lista encontramos João dos Santos Biscaia com 2 escravizados. João dos Santos Biscaia foi vereador em 1881/82 e 1887/1890¹⁵⁶. Computando como ex-senhor de escravo que dá continuidade em sua posição privilegiada.

Em despacho do governo do Estado de 23/11/1889, aparece o nome Dr. José Joaquim Francisco Valle em pedido para informar o chefe de polícia. Esse possuía a escravizada Jutelina. José Francisco Valle, professor e vereador pelo partido liberal 1868/69 e 1878/79¹⁵⁷. O mesmo aparece também como integrante de uma comissão para angariar fundos para pagamento da dívida externa¹⁵⁸, como inspetor de higiene, e integrante da comissão de reforma da instrução pública¹⁵⁹. Ou seja, mais um ex-senhor de escravo que continua atuando na vida política do Paraná, ainda que não em posição superior.

A Associação carnavalesca Nihilistas do Averno é composta por Joao Carvalho de Oliveira Junior (vice-presidente, escrivão, juiz de paz em Curitiba em 1883/1886¹⁶⁰) na lista consta Joao Carvalho de Oliveira com 3 escravos

¹⁵⁰ 18/10/1888 n.38.

¹⁵¹ 26/11/1889 n.47.

¹⁵² 22/11/1889 n.44, 23/11/1889 n.45.

¹⁵³ 10/12/1889 n.59.

¹⁵⁴ 17/12/1889 n.65.

¹⁵⁵ 22/11/1889 n.44, 23/11/1889 n.45, 25/11/1889 n.46.

¹⁵⁶ ALVES, p.492.

¹⁵⁷ ALVES, p.408.

¹⁵⁸ 14/12/1889 n.63.

¹⁵⁹ 18/12/1889 n.66 e 11/12/1889 n.60.

¹⁶⁰ ALVES, p.487.

(possivelmente seu pai) , Agostinho Ermelino de Leão Junior (na lista consta seu pai, com 1 escravizado, que foi chefe do partido conservador e vice-presidente da Província por 4 vezes¹⁶¹)¹⁶². Agostinho Ermelino de Leão, conhecido como Leão do Mate, era um dos grandes exploradores do mate na província, por possuir apenas um escravo, reitera a fraca ligação entre mate e escravidão.

Passageiros do vapor Desterro e do sul no vapor Vitória: Maria Glória Monteiro de Barros na lista com escravizada Justina¹⁶³. Mostrando deslocamentos de membros importantes a sociedade, possivelmente ainda parte da elite. Não há uma menção explícita sobre a lógica patriarcal dessa sociedade, mas essa fica evidente, ao passo que poucas mulheres aparecem na lista como donas de escravos, e as que aparecem também são associadas como viúvas. Mattos, menciona que as mulheres não apresentavam sobrenome e eram identificadas por sua relação de esposa ou filha¹⁶⁴, escancarando assim o papel de dependência e sujeição legado às mulheres nessa sociedade.

João Ernesto Killan, tenente coronel comandante do 2º corpo de cavalaria da guarda nacional da comarca de Curitiba e S. Jose dos Pinhais pega 4 meses de licença para tratar de negócios no Rio Grande do Sul¹⁶⁵, aparece na lista de São José dos Pinhais, com a escravizada Mariana. É um ex-senhor de escravo que possui negócios em atividade, não podemos dimensionar sua prosperidade, contudo sabemos que possuiu alguma garantia social e econômica por ser parte ter patente tão alta na Guarda Nacional e por conseguir tal licença.

Em anúncio sobre grandes corridas a cavalo aparecem nas seguintes categorias¹⁶⁶: animais peludos sará, F. Vianna pode ser Francisco de Paula Ribeiro Vianna com 3 escravizados (seu pai era João Manoel Ribeiro Vianna, deputado liberal que posteriormente adere ao Partido Republicano Federal, produtor de mate de

¹⁶¹ ALVES, p.332.

¹⁶² 29/12/1888 n.48.

¹⁶³ 08/12/1889 n.58.

¹⁶⁴ MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados das liberdades no Sudeste Escravista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 72.

¹⁶⁵ 12/12/1889 n.61.

¹⁶⁶ 14/12/1889 n.63.

Antonina¹⁶⁷); e animais muares, M. J. Ribeiro, pode ser Manoel Joaquim Ribeiro, de São José dos Pinhais, que possuía uma escravizada. Seu irmão, Antonio Joaquim Ribeiro¹⁶⁸ é mencionado, deputado conservador por Votuverava em 1889/89¹⁶⁹, lendo na assembleia um projeto para criação de uma escola que ensine agricultura¹⁷⁰. Foi também senhor de uma escravizada conjuntamente com outro irmão João Batista Ribeiro.

Capitão Antonio A. Ferreira de Moura, foi pago para limpeza de ruas da cidade em contrato com a Empresa Sanitária e a câmara municipal¹⁷¹. Na lista possui 5 escravizados. Foi juiz de paz em 1868 e foi deputado provincial liberal em 1882/83¹⁷².

Edital penhora de bens de Eduardo Bento Ozorio (aparece na lista com 1 escravizada, eleitor em 1878/81¹⁷³), executado por Antonio Jose Rodrigues (aparece na lista com 3 escravizados), e o escrivão é Joao Carvalho de Oliveira Junior (já apontado anteriormente, cujo pai possuía 3 escravizados, vice-presidente da associação carnavalesca Nihilistas do Averno, e também juiz de paz em Curitiba em 1883/1886¹⁷⁴). Os bens penhorados denotam algum capital econômico por parte desse ex-senhor de escravo:

“Morada de casa coberta de telhas, rodeada de tijolos, de frente a travessa da matriz uma porta e 5 janelas, casa em construção tendo fundos correspondentes avaliada em três contos de reis - - 3:000\$000. Uma morada de casa coberta de telhas com uma porta e uma janela de frente para o largo de D. Pedro II”¹⁷⁵.

Aparecem saudando o novo governador provisório do Estado do Paraná, Cel Francisco José Cardoso Junior; Antonio Joaquim de Oliveira Portes, tenente coronel da Guarda Nacional, na lista de São José dos Pinhais possui 3 escravizados (eleitor em São José dos Pinhais em 1857/60, 61/63 72/76, juiz de paz 1865/68, vereador

¹⁶⁷ ALVES, p.394.

¹⁶⁸ ALVES, p.364.

¹⁶⁹ ALVES, p.294.

¹⁷⁰ 06/08/1888 n.29.

¹⁷¹ 17/12/1889 n.65.

¹⁷² ALVES, p.368.

¹⁷³ ALVES, p.484.

¹⁷⁴ ALVES, p.487.

¹⁷⁵ 21/11/1889 n.43, 28/11/1889 n.49, 30/11/1889 n.51.

conservador em 69/72, 72/73¹⁷⁶); Salvador Raphael de Oliveira Mello, negociante, aparece com 2 escravizados na lista de São José dos Pinhais (eleitor em Iguassu 1877/78¹⁷⁷, conservador); Jose Antonio de Lima Castro, na lista com 2 escravizados (eleitor em 1872/76¹⁷⁸); Manoel Antonio Alves, lavrador, na lista de São José dos Pinhais, 1 escravizado; João Cordeiro Netto Filho, na lista aparece João Cordeiro Netto de São José dos Pinhais com 3 escravizados (eleitor e vereador conservador 1869/72 e 1883/1886¹⁷⁹); Pedro Antonio da Rocha sobrinho, na lista aparece tenente Pedro Antonio da Rocha de São José dos Pinhais (eleitor 1861/63, 67/68¹⁸⁰), com 5 escravizados¹⁸¹.

Desses, Antonio Joaquim de Oliveira Portes aparece mencionado novamente em requerimentos e despachos como bacharel (Joaquim Antonio Portes)¹⁸².

E concedida uma licença ao juiz de São José dos Pinhas, Marcelino José Nogueira, que possuiu duas escravizadas¹⁸³, foi também vereador liberal em 1869/72¹⁸⁴ e juiz de paz 1883/86, 1887/90¹⁸⁵. Aparece também se consorciando a Escola Realista.¹⁸⁶

Aparece notícia sobre o 18º aniversário de falecimento de Candido Martins Lopes, na lista tinha 1 escravizada¹⁸⁷. Foi dono do jornal Dezenove de Dezembro, filiado ao partido liberal¹⁸⁸ e imediato em 1869/1872¹⁸⁹.

Há a arrematação das barreiras do Timbutuva e Iguassu por Lino de Souza Ferreira, que aparece na lista com 4 escravizados¹⁹⁰. Esse, assinou uma lista contra o aprisionamento de embarcações que traziam escravizados ilegais por Paranaguá¹⁹¹.

¹⁷⁶ ALVES, p.177.

¹⁷⁷ ALVES, p.477.

¹⁷⁸ ALVES, p.470.

¹⁷⁹ ALVES, p. 461.

¹⁸⁰ ALVES, p. 448 e p. 459.

¹⁸¹ 28/11/1889 n.49.

¹⁸² 25/12/1889 n.72.

¹⁸³ 21/12/1889 n.69.

¹⁸⁴ ALVES, p.461.

¹⁸⁵ ALVES, p.488.

¹⁸⁶ 29/12/1889 n.76.

¹⁸⁷ 25/12/1889 n.72.

¹⁸⁸ ALVES, p.95.

¹⁸⁹ ALVES, p.461.

¹⁹⁰ 27/12/1889 n.74.

Em requerimento despachados do Governo do Estado; Mariano de Almeida Torres Junior (Mariano de Almeida Torres possuía 25 escravos); Francisco de Paula Guimarães, na lista com 2 escravizados, para informarem diretor da instrução pública,¹⁹². Francisco de Paula Guimaraes era membro do partido liberal e foi eleitor 1861/1863, 63/67, 67,68, aparece também em edital de requerimentos e despachos do Governo, com resposta de que aguarde oportunidade de atendimento¹⁹³.

Uma notícia singular sobre um assassinato, reproduzida abaixo, nos possibilita discutir um pouco a cerca do elemento ex-escravizado, tão pouco visível nas publicações do jornal:

“Assassinato - “Na noite de sábado para domingo, no lugar denominado Portão, o preto Geraldo, ex-escravo de Brandão de Proença, assassinou a cacetadas o cego Benedicto. Foram tomadas providencias imediatas, sendo o cadáver autopsiado no cemitério pelos Drs. Jorge Meyer e Valle, perando o Dr. chefe de policia. O assassino acha-se já na prisão.”¹⁹⁴

Nessa noticia temos a associação de um ex-escravizado e um ex-senhor apontadas. É latente a continuidade na relação que serve para localizar e identificar o sujeito, muito presente e vívida na memória das pessoas, não existe uma preocupação em afirmar uma nova ou independente personalidade a Geraldo, também apontado como preto. Desse modo, ainda que a notícia seja uma peça ímpar, podemos supor que causa comoção ao evidenciar a violência de um sujeito que antes poderia ser visto como “submisso” e passivo, um escravizado. O ex-senhor, capitão João Batista Brandão de Proença aparece na lista com 3 escravizados, Joaquim, Domingas e Sebastiana. Geraldo poderia ser escravo relativamente de posse mais nova, talvez ainda pouco adaptado.

Em notícia de 30/07/1888 n.28 a seguir transcrita encontramos diversos aspectos que podem ser abordados:

“Anjo – É com profundo pesar que registramos o prematuro falecimento da inocente Anna, idolatrada filhinha do sr. J. Joaquim Teixeira Ramos, e cunhada do redator dessa folha, o nosso amigo, sr. Dr. Mendes Gonçalves. O sr. Ramos e sua ex.ma família têm passado por *phaes* cruéis: a dor ainda cruciante, a lembrança saudosa do seu filho José, falecido na Corte, juntou-se mais este fatal acontecimento que tanto os acabrunha. Ao sr. Ramos e á sua ex.ma família enviamos sinceros prazeres.”

¹⁹¹ ALVES, p.279.

¹⁹² 03/12/1889 n.53.

¹⁹³ 19/12/1889 n.67.

¹⁹⁴ 17/12/1889 n.65.

José Joaquim Teixeira Ramos, o pai do “Anjo”, consta na lista de 1875 com 3 escravizados, podemos então imaginar que era ex-senhor de escravos que manteve um bom relacionamento social e provavelmente sua privilegiada condição econômica anterior, uma vez que a sensibilidade para com o óbito de sua filha é destacada. Ele também aparece no jornal anunciando seus serviços de juiz de direito¹⁹⁵. Sua filha estava casada com o redator do jornal e também aparece o lamento sobre a morte anterior de outro filho seu, na Corte. Possivelmente, este filho viajou com apoio financeiro de seu pai, aonde talvez estivesse por motivos de estudos. Contudo, ainda que não possamos especular mais concretamente, sabemos que uma viagem à Côte não era acessível para qualquer pessoa devido a seus custos. Outro aspecto interessante é observar a forte comoção e empatia com a família, o que demonstra de que maneira esse ex-senhor ainda possuía privilegiadas relações sociais e de certa maneira se alia aos republicanos, uma vez que tem por cunhado o dr. Eduardo Mendes Gonçalves, redator do jornal a “República”.

¹⁹⁵ 01/09/1888 n.32 e 17/09/1888 n.34.

3.2 O POSICIONAMENTO DOS EX-SENHORES EM RELAÇÃO A ABOLIÇÃO

A partir das primeiras publicações do jornal a República, disponíveis de 1888, encontramos ainda num período anterior a abolição reiteradas menções à sua importância e necessidade. Os republicanos enunciam sua defesa a um governo, limpo, científico, evidente, progressista, sendo que os monarquistas representam a corrupção, o hábito e o vício¹⁹⁶. Os republicanos tornam pública a libertação de seus escravos, e existem constantes menções e louvações a essas libertações. Por exemplo em notícia de 09/01/1888 (n.2) anuncia-se mais de 4.000 liberdades concedidas na província de São Paulo, embora muitas ainda fossem libertações condicionais.

Alguns nomes que aparecem liderando conferência abolicionistas¹⁹⁷, como por exemplo, Generoso Marques dos Santos, líder do partido liberal, que em 1875 – data da lista de classificação – possuía dois escravos (já abordado anteriormente). O Tenente coronel Benedito Eneas de Paula, também importante político do partido liberal e sogro de Generoso Marques¹⁹⁸ (também já foi abordado anteriormente), aparece libertando dois escravos, Miguel e Francisco, embora na lista apareça com seis outros escravizados.

Encontramos ao longo dos jornais relatos de manumissão que apontam para uma contradição flagrante entre discurso proferido a cerca da liberdade que tentam “apagar” ou minimizar a extensão da escravidão no contexto do Paraná e a realidade da proximidade desses enunciadores com o cativo. Enquanto esses senhores libertavam os escravizados e proferiam discursos a cerca da generosidade e discordância dos paranaenses com a escravidão, observamos no cruzamento nominativo uma ligação intrínseca entre homens de vida pública e a relação com o cativo. Segue um exemplo de notícia:

“Porto de Cima – Porto de Cima, a simpática e hoje gloriosa vila de Porto de Cima, está livre. Nós sentimos com essa notícia um prazer indizível. Não pisar mais um escravo n`uma pequena porção da província, que felicidade! Senhores de todas as cidades, de todas as vilas, de todos os lugares, porque não resolveis essa coisa tão fácil e ao mesmo tempo enorme a liberdade dos vossos escravos? Vamos, paranaenses, vos nunca fostes escravocratas, os

¹⁹⁶ 02/01/1888 n.1

¹⁹⁷ 30/01/1888 n.5

¹⁹⁸ CORREA, p.49.

vossos negros nunca dera lugar ás tragédias da dor e do horror, como em outras partes, manifestai pois aos homens, libertando homens, que nunca fostes verdugos!”¹⁹⁹

Sobre o relato anterior, podemos observar o quanto se idealiza a figura do paranaense como indivíduo pacífico, enxergando a reprodução da escravidão mais como “condescendência” do que como inclinação natural. Enfatizando a grandiosidade de um gesto que seria simples e mostraria uma compreensão benevolente e digna por parte dos ex-senhores de escravos. Contudo sabemos pela historiografia que ainda que não tenha sido uma escravidão de número tão expressivo como outras localidades como São Paulo ou Rio de Janeiro, era uma instituição que permeava e organizava diversos aspectos da sociedade paranaense, e não necessariamente era menos violenta ou menos penosa para os escravizados. Ainda que a reprodução da lógica escravista seja naturalizada e amenizada, é necessário o questionamento acerca das experiências individuais dos escravizados. Mesmo que alguns encontrassem possibilidades ampliadas de deslocamento, como no caso dos escravizados ligados ao tropeirismo, que podiam fazer viagens ao Rio Grande ou a São Paulo, e tivessem facilidade no acesso costumeiro à terra, devido ao “vazios demográfico”, a força política e produtiva estava atrelada a uma reduzida elite agrária e comercial que se sustentou por séculos na escravidão. Por tanto, ainda que os ex-senhores se mobilizem nesses processos de manumissão, isso não necessariamente significava melhores condições ou garantia de desfrutar a “liberdade” como aspirada para os ex-escravizados.

A seguir analisarei mais alguns relatos de manumissão e discutirei um pouco acerca de seus desdobramentos e possibilidades de interpretação.

“Dignos de Nota – Consta-nos que o sr. Tenente-Coronel Benedicto Enéas de Paula, prestigioso chefe do partido liberal no 1º distrito d’esta província, concedeu liberdade incondicional ao seus escravizados Miguel e Francisco. Sabemos também que o sr. Cap. M Bento Menezes restitui á liberdade sem ônus algum de um escravizado seu. Atos d’esta natureza estão acima de todos os elogios. Os novos cidadãos foram goza da sua liberdade na heroica província de São Paulo.”²⁰⁰ Seguido de: “Aviso – Todos escravizado que foge para cidade de Santos tem ali a sua liberdade garantida.”

Aqui temos uma indicação da transferência de ex-escravizados para São Paulo, embora não saibamos especificamente o motivo nem a localidade, podemos traçar algumas possibilidades. Talvez houvesse alguma relação familiar ou de

¹⁹⁹ 23/01/1888 n.4, p.2

²⁰⁰ 30/01/1888 n.5

camaradagem que incitasse essa transferência para essa outra localidade. Aonde existisse perspectiva de encontrar um novo trabalho e/ou uma reaproximação de familiares e conhecidos. A vontade de transferência também pode estar atrelada a uma situação não tão confortável na localidade estabelecida, seja devido a uma relação complicada com o ex-senhor e/ou possibilidades atravancadas de sucesso na permanência. O Sudoeste de São Paulo era uma região de fronteira em processo de ocupação nessa época, possivelmente era uma direção interessante a ser seguida por um ex-escravizado em uma situação como essa. Podemos também apontar a crescente presença dos imigrantes que na concorrência pela mão-de-obra dificultavam em certa medida algumas exigências ou concessões já estabelecidas nas relações entre patrões e subalternos. Em vistas a precariedade e ainda um “isolamento” social em que estavam submetidos, os imigrantes acabavam se sujeitando a condições que os trabalhadores nacionais buscavam contornar ou combater.

A seguir mais um relato de manumissão, aonde ainda no ano de 1888 aponta para concessão de liberdades sob condições, como mencionado por Drescher, esse tipo de liberdade acabava por falhar ou nem mesmo eram aceitas pelos escravizados, que atentos e sensíveis ao desmantelamento da instituição, fugiam, se mobilizavam – redes abolicionistas já bem arraigadas, lhes garantiam proteção e alternativas – ou revoltavam-se, uma vez que a violência senhorial já não mais se sustentava como estratégia na manutenção da ordem escravista²⁰¹.

“Liberdade! – Em nome da religião! Em nome da civilização! Em nome da Pátria! O apelo feito á população curitibana foi generosamente correspondido. Tendo a comissão libertadora da municipalidade saído anteontem, em desempenho do seu honroso encargo, recebeu um franco acolhimento dos possuidores de escravos, conseguindo já nada menos de 19 cartas de liberdade, sendo algumas sem condição e as outras a pequeno prazo. Libertaram os seus escravos os srs: Tobias de Macedo, escrava Januaria; Sizenado de Sá Ribas, Sabina, Fausto; Bento Vianna, o escravo Felipe; Militão José da Costa, Casemira; Antonio Gomes Vidal, Raphael e José; tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt, Jovita; André Petrelli, Romão; Damaso Bittencourt, Fructuoso; Joaquim Ventura de Ameida Torres, Appolinario, Luiza, Francisca e Rufino; Manoel Cordeiro Gomes, José Belarmino e Pedro; Eduardo Chaves, Candida; D. Joaquina Francisca de Andrade, Izabel; Gabriel de Almeida Torres, Feliciano e Benedicta. Honra aos distintos abolicionistas, que tão dignamente corresponderam ao apelo em que vão empenhados a honra, o progresso do nosso país e a grande causa da humanidade! Fiquem os seus nomes registrados, como a mais eloquente prova de que a laboriosa população curitibana sabe enobrecer o seu torrão, colocando-se na vanguarda dos grandes cometimentos da civilização! Dentro de pouco tempo, o solo curitibano ficará expurgado da mancha negra. A comissão libertadora da câmara municipal

²⁰¹ DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.525/p.526.

como-se dos srs.: comendador Ildelfonso Correia, desembargador Ermelino de Leão, Francisco Fontana, Joaquim Antonio Coelho, Dr. Generoso Marques, Padre José J. do Prado. Eduardo Chaves, Ernesto Lima e Dr. Eduardo Gonçalves.”²⁰²

Os nomes dos seguintes senhores apareceram na lista de classificação, com os seguintes outros escravizados: Sizenando de Sa Ribas (escrava Ephigenia), Antonio Gomes Vidal (escravos Severia, Cezaria, José e Francisco, já foi citado no item anterior), Manoel José da Cunha Bittencourt (escravos Bertoldo, Clara, Antonia e Maria, já citado), Joaquim Ventura de Almeida Torres (escravos Jonas, Hilario, Jeronimo, Felisberto, Margarida, Apolinario e Marcello, também já citado), Joaquina de Andrade Teixeira (escravo Thomaz), Gabriel de Almeida Torres (escravo Florencio, irmão de Joaquim Ventura de Almeida Torres).

O clima era de emancipacionismo na província do Paraná, assim como ocorria em outras partes do Brasil, conceder alforrias antes que a abolição de fato se concretizasse garantia certa perpetuação da lógica patriarcal. Pois mostravam-se esses senhores à sociedade como benevolentes e compreensivos quanto às conveniências do tempo corrente. Contudo essa “bondade” também garantia exposição de seus nomes, e um provável reconhecimento entre seus pares, o que poderia demonstrar interesse na manutenção de sua posição socioeconômica. As notícias são bem sucintas, não comentando sobre as intenções para com esses ex-escravos, se seriam mantidos em proximidade aos ex-senhores ou se era desejável que migrassem. Embora não apareçam mais indicações sobre mobilidade ou permanência dos ex-escravizados, pela historiografia podemos apontar; que as relações de parentesco e compadrio poderiam auxiliar na permanência no local de habitação ou em suas proximidades, espaços nos quais já estavam socialmente inseridos. Dado que é mais frequente para a primeira geração de ex-escravizados, recém-livres, a medida que as novas gerações tendem a buscar novos espaços rumando para o interior da Província, como já pontuado anteriormente nas discussões da cerca das migrações.

Rabellato, aponta que ser membro das organizações abolicionistas era considerado “moderno” e atraía muitas pessoas que não necessariamente se identificavam com os movimentos de libertação dos escravos, mais preocupada com sua imagem do que com a abolição de fato. A autora analisa algumas discussões em

²⁰² 15/03/1888 n.11, p.3.

jornais na Ilha de Santa Catarina, encontrando um jornal conservador que critica um jornal filiado às ideias liberais através de argumentos abolicionistas²⁰³. Para a autora os anúncios de fuga de escravos que cessam após 1885 – é apontado mais um caso de discussão entre conservadores e liberais por conta desse tipo de anúncio– demonstram essa lógica de que requisitar a busca de um escravizado seria defender a escravidão, o que não mais era bem visto nessa sociedade. Contudo, a autora defende que isso não significava que os senhores não tenham se valido de métodos alternativos para recuperar seus cativos que não envolvessem anúncios públicos. Rabellato também aponta para um caso curioso de um senhor que concede alforria a uma escrava fugida há 12 anos²⁰⁴, assim, provavelmente com a impossibilidade de recuperar a posse da escravizada valia-se mais de ter seu nome publicado e associado à causa abolicionista corrente.

A aprovação de uma abolição imediata e incondicional parece eminente na corte e instâncias políticas, anuncia o “A República” de 10/05/1888 (n.19). Há nesse mesmo número um repúdio pelo novo adiamento da assembleia provincial (p.3). Na edição n.20 de 24/05/1888 aparece enfim, o anúncio da aprovação da Lei Áurea.

Em 05/06/1888 (n.21), há um discurso sobre a justiça da abolição e a descrença na monarquia.

“Que estando decretada a abolição é justo, é coerente, que seja igualmente emancipado o cidadão da tutela de um governo que, tendo mais de meio século de existência, não tem sabido fazer a felicidade do país, de elementos de prosperidade os mais ricos e tão ricos como nenhuma outra nação do globo os possui, quando é certo que países em condições muito menos favoráveis, crescem, prosperam sob regime diverso, a despeito das comoções por que hão passado.”

Em 18/06/1888 (n.23) é anunciado o fim da escravidão como vontade do povo, não dando nenhum crédito a monarquia. Desse modo, valoriza-se a pretensa participação popular no processo de abolição, atrelado aos ideais republicanos, reforçando a ligação do republicanismo com as camadas populares, embora como podemos observar ao longo desse trabalho, vários de seus representantes eram

²⁰³ RABELATTO, Martha. O dismantelamento da escravidão, as alforrias e as fugas de escravos na ilha de santa catarina, década de 1880. Florianópolis: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2007. p.5.

²⁰⁴ Idem, p.9.

efetivamente ligados a classes privilegiadas, inclusive aquelas já estabelecidas anteriormente de ex-senhores de escravos.

“Hoje, porém, tudo mudou. Tais proposições já não se fundamentam. A abolição do escravo, que não foi devida nem ao nossos pretensos representantes, nem a sensibilidade da Senhora que nos rege, mostra bem patente a dignidade do nosso caráter, pois foi unicamente a resistência enérgica *de todo o Brasil*, contra a fruição do trabalho forçado, que motivo o ato do governo, a 13 de Maio. Esse facto, evidente e conhecido que é, nós o apresentamos porque representa o protesto de todo o Brasil contra uma das suas anomalias sociais. E si a questão for de provas parciais, temos as numerosas revoluções das provinciais contra a instituição monárquica, que constituirão arma contra os que argumentarem com o caráter submisso do povo.”

Em notícia de 8/11/1888 (n.41), a abolição é apontada como um fato complexo, sendo que não deveria ser atrelada a boa-vontade ou benevolência da Princesa Isabel, conseqüentemente da monarquia.

“Entretanto, a abolição é um facto complexo, efeito de muitas causas. A princesa Imperial foi simplesmente um instrumento dessas causas, uma executora da vontade nacional.”

O posicionamento do jornal reforça a tese de que a abolição teria sido capitaneada pela sociedade como um todo, sendo o governo um mero executor da situação que já se dava. Essa tese corrobora com os discursos do jornal já abordados anteriormente em se buscava enfatizar que a escravidão não tinha raízes no Paraná e entre seus habitantes.

O Clube Curitibano comemora o 13 de Maio, anunciado como “o mais importante feito nacional”, renunciando variedades de diversões para seus associados. Podemos discutir a quem servia essa comemoração, devido sua restrição aos associados, representantes de uma elite, aonde dificilmente podemos dimensionar a participação da população negra e ex-escravizados nesse tipo de comemoração segregativa. Relatos dos presentes no baile de 13 de Maio no Club Curitibano; dr. Ismael da Rocha, J. Celestino Junior²⁰⁵, Padre Alberto Gonçalves²⁰⁶, Sebastião

²⁰⁵ Foi deputado estadual 1906; 1914/15, filho de José Celestino de Oliveira, conservador, industrial do mate e possuidor de escravos, era jornalista, *jornal da Tarde*, negociante e residente em Curitiba, também com fábrica de fósforo [1890] e negócios públicos, segundo ALVES p.403/404.

²⁰⁶ Atuante político durante a República, cargo que perdura até a criação da Diocese de Curitiba, em 27/abr/1892, com posse do primeiro bispo em 30/set/1894, segundo ALVES, p.298.

Paraná²⁰⁷, Coronel Pereira Junior, Alfredo Coelho, nenhum desses nomes aparece na lista de ex-senhor de escravos.

Em discurso sobre o 13 de Maio²⁰⁸, o negro é apontado como uma figura vitimizada que é então incorporada à sociedade, sendo a proclamação da República, que foi em verdade um golpe militar, considerada mais significativa. Apontando pra essa preponderância do político (elitizado) ao social e suas consequências:

“Se o 13 de Maio de 1888 é o arrebol inebriante da satisfação de uma raça de ha muito martirizada pela barba instituição do cativo, mas hoje restituída a sociedade pelo respeito devido aos nossos mais sagrados direitos, o 15 de novembro de 1889 é o brilho fascinante da mais luminosa estrela da constelação brasileira. Republica, exaltae!”

Existem duas notícias curiosas que nos aproximam da questão racial, em artigo de 18/10/1888 n.38 aparece a expressão “escravidão branca” relacionada à sujeição ao governo Monárquico e em 03/08/1889 n.23 existe uma menção ao imperador não dar liberdade à “escravidão” branca. Desse modo observamos as concepções racistas dessa intelectualidade, que associa livremente qualquer processo de opressão e subordinação à escravidão, negligenciando as condições específicas dos negros e toda a carga de violência física, psicológica e social que foram aplicadas, a introdução das teorias raciais, que contribuíram para manter os negros livres apartados da vivência de plena liberdade ou terem garantia de seus direitos civis.

Sobre a crise da monarquia, potencializada pelos processo de abolição, aparecem nos jornais algumas críticas ao regime:

“Fruto da Monarquia... “O brasil também vai pelo mesmo caminho: - além da falta de trabalho para os operários, da miserável retribuição de seu labor, escassa e incerta, tem contra si a policia que para matar o ócio, enquanto deixa impune os ladrões e assassino, prende e espaldeira o homem laborioso, para arrancar-lhe a carceragem e assim encher o pandulho do seus apaniguados.”

Essa notícia de 06/05/1889 n.71 faz uma crítica quanto à repressão policial aos trabalhadores, bem como, à monarquia por esta estar por trás dos descaminhos seguidos pela nação. Não valorizando os trabalhadores, que além de mal pagos não

²⁰⁷ Integrante do Clube dos Girondinos.

²⁰⁸ 28/11/1889 n.49.

encontram trabalho, reflexos de uma economia decadente. Há também diversas menções aos impostos monárquicos, que eram muitos e sufocavam a população.

Em 03/08/1889 n.23, é mencionada uma visita do Conde D'eu a Curitiba, dizendo-se que se viesse amarrado de charque seria mais útil. Em notícia de 24/09/1889 n.32, informa-se que o Conde D'Eu visita o Maranhão e é saudado com “Viva a República”. Apontando para uma forte impopularidade e um total descrédito do representante monárquico, já dando vistas à insustentabilidade do regime. Essa visão, impulsionada pela imprensa republicana, buscava consolidar as articulações dos elementos políticos interessados na ruptura com a Monarquia e em fundamentar o futuro “golpe” que se orquestrava com os militares. Ainda que o Republicanismo no Paraná fosse incipiente e não possuísse grandes nomes de relevância nacional, a adesão das elites conservadoras à causa, o que impulsiona esse movimento, garantiu também para essa uma continuidade de sua posição privilegiada e do afastamento de propostas mais radicais consideradas “jacobinistas”.

No número 10/08/1889 n.30 há afirmação sobre necessidade de imposto territorial, que forçaria o cultivo da terra, o arrendamento para colonos ou sua venda, de maneira a dinamizar a economia e garantir rentabilidade ao Estado. Desenvolvendo assim a indústria e o comércio, sendo que a classe dos proprietários com a ausência desse imposto estava sendo privilegiada. Ainda sobre a política no Paraná, os partidos monárquicos são chamados de “guerrilheiros especuladores que destroem-se mutuamente, anulam-se e trazem a ruína da província e esbanjamento dos cofres públicos” (p.2), a República sendo apontada como o ideal brasileiro e paranaense. Essas notícias são interessantes para observarmos a percepção dos republicanos ao acesso a terra, ainda que intente o imposto como forma de dinamização econômica, quem aparece no discurso são os colonos. Os ex-escravizados ou elemento nacional, como eram conhecidos os livres pobres, está fora dos planejamentos. Na leitura desses dois anos de jornal, a palavra ex-escravizado apareceu só uma vez quando falava sobre um caso de assassinato, veiculando o sujeito ao seu ex-senhor, por isso podemos imaginar que o “povo” a que se refere o republicanismo em seus discursos é mais uma figura “abstrata” do que baseado empiricamente nas bases da sociedade, uma vez que até o imigrante é pensando primeiramente.

3.3 EX-SENHORES DE ESCRAVOS E REPUBLICANOS

Trabalhamos anteriormente com a ampla gama de menções à ex-senhores dentro do jornal “A República”, contudo, quem desses ex-senhores eram republicanos? Os republicanos ocupavam posições sociais distintas em relação aos ex-senhores de escravos? A seguir seguem notícias ou menções envolvendo nomes dos republicanos e sua identificação quando foi possível.

Sergio de Castro que proferiu conferências no Club Republicano²⁰⁹, apareceu diversas vezes no jornal, principalmente em anúncios oferecendo serviço de advocacia²¹⁰ e publicou um artigo defendendo sua posição republicana e dissidência com o partido liberal, o qual era filiado anteriormente²¹¹. Sergio Francisco de Souza Castro, era senhor da escravizada Jacinta. Foi também vice-presidente da assembleia legislativa em 1864, 1880/81²¹². Além de deputado provincial em 1868/69, e deputado geral em 1878/81, durante a republica foi chefe de polícia, e presidente do congresso legislativo do Paraná em 1891²¹³. Assim, Sergio de Castro, membro da elite política já durante o período do Império, converte-se à causa republicana como forma de continuar atuando politicamente, sendo aparentemente um não tão abastado senhor de escravos, mas com inegável ligação à escravidão.

Também aparece menção a Sergio de Castro filho, possivelmente filho de Sergio Francisco de Souza Castro, completando um ano no curso jurídico²¹⁴ e seu retorno a Curitiba²¹⁵. Essa frequência ao curso jurídico denota uma posição social privilegiada, que é continuada, seguindo os passos da carreira do pai que também era advogado.

Em lista de associados do jornal do Clube Republicano, publicada no n.25 de 07/07/1888, podemos encontrar as profissões e local de residência dos associados,

²⁰⁹ 13/02/1888 n.7

²¹⁰ Em 02/01/1888 n.1, 23/01/1888 n.4, 13/02/1888 n.7, 01/19/1888 n.32, 19/09/1888 n.34, 24/09/1888 n.35, 14/12/1888 n.46, 22/04/1889 n.15, 21/11/1889 n.43, 23/11/1889 n.45, 26/11/1889, 30/11/1889 n.51...

²¹¹ 23/11/1889 n.45 p.3

²¹² ALVES, p.328.

²¹³ ALVES, p.355.

²¹⁴ 14/12/1888 n.46.

²¹⁵ 21/12/1888 n.47.

porém poucos são ex-senhores de escravos. Dos muitos nomes que aparecem como associados, a maioria parece ser de imigrantes com sobrenomes bastante diferentes dos encontrados nas listas de classificação para o fundo de libertação, que são em geral de origem portuguesa. Os associados que eram ex-senhores de escravos são: Bernardo Ge. Ribeiro Vianna, negociante, no largo Zacharias, possuía o escravizado João (filho de João Manoel Ribeiro Vianna, comerciante de erva-mate de Antonina e deputado provincial liberal em 1884/85, 86/87, 88/89 e durante a república 1891/92 pelo Partido Republicano Federal²¹⁶, seu irmão também aparece citado anteriormente Franciso de Paula Ribeiro Vianna); Jose Paes de Moura, empregado público, residente a rua da imperatriz, com a escravizada Thereza.

Segundo o próprio jornal, o partido republicano em Curitiba era organizado por 24 cidadãos²¹⁷. Nessa lista de assinantes anteriormente apontada constam apenas dois ex-senhores de escravos, apontando para uma considerável renovação dos atores políticos. Feitas ressalvas quanto à imprecisão da lista das classificações dos escravizados ou mesmo do envolvimento de personalidades mais jovens cuja geração familiar anterior poderia estar envolvida na escravidão. Assim, ainda que se discuta uma perpetuação e um alinhamento do projeto republicano a determinados setores e figuras de elite, já pronunciados durante o Império, podemos observar certa pluralidade nos indivíduos que buscavam se envolver e garantir sua ascensão social vinculando-se ao meio político institucional.

Em outra lista de integrantes do clube aparecem²¹⁸: João de Macedo Rangel, na lista com 2 escravizados, Manoel Gonçalves dos Santos com 3 escravizados (já citado em lista anterior), e Francisco de Almeida Torres (engenheiro e irmão do deputado Joaquim Ventura de Almeida Torres²¹⁹, já citado anteriormente) e Arthur de Almeida Torres, que não possuíam escravizados em seu nome segundo a lista, mas são membros de uma família que os possuiu significativamente.

²¹⁶ ALVES, p.393/394.

²¹⁷ 03/05/1888 n.18

²¹⁸ 20/12/1889 n.68.

²¹⁹ ALVES, p.234.

Em comissões do Partido Republicano do interior²²⁰, aparecem relevantes ex-senhores de escravos, que possuíam-os em quantidade considerável, como na comissão de Castro: Dr. Francisco Xavier da Silva, que possuiu 6 escravizados, foi advogado, deputado liberal em 1862/63, 1864/65 e 1880/81, eleitor em 1863/67 e 1867/68, vereador em 1865/68, posteriormente Governador do Paraná por três mandatos²²¹. Na mesma comissão aparece Sebastião José de Madureira, citado como importante estancieiro em Castro, constando na lista com 9 escravizados (Amina, Camila, Caetano, Tobias, Gomilaes, Laisa, Domingas, Lourenco, Torquato). Aparece também um registro de viagem de Sebastião Madureira a São Paulo e a Côrte²²² e sua volta a Curitiba²²³, que acontece quase um mês depois. Foi também juiz de paz por Tibagi em 1865/1868²²⁴ e aparece anunciando venda de cavalos de raça²²⁵.

Essa notificação denotam um relevante participação de indivíduos das elites tradicionais, inclusive um fazendeiro, no Partido Republicano.

Em comissão de Campo Largo²²⁶ aparece Domingos Antonio da Cunha, que teve 12 escravizados²²⁷. Domingos Antonio da Cunha, foi deputado liberal por Campo Largo em 1880/81, 82/83, 84/85, 86/87 e industrial do mate²²⁸, também aparece congratulando a proclamação da República²²⁹. Mostrando a posição de um ex-senhor de escravo, de uma elite escravista por possuir muitos escravos, que conseguiu se perpetuar na vida social e política durante o período Republicano.

O vice-presidente do clube republicano, coronel Joaquim Monteiro de Carvalho aparece viajando a São Paulo²³⁰, era ex-secretário do Clube Republicano de Campinas e sua vinda ao Paraná foi articulada por Eduardo Gonçalves e membros ligados ao Partido Republicano Paraná. Não aparece na lista de ex-senhores de

²²⁰ 01/12/1889 n.52.

²²¹ [25/fev/1892 a 18/abr/1893, sendo seu vice, Dr. Vicente Machado; pós revolução federalista, retornam à administração do estado, de 19/jun/1894 a 25/fev/1896; reeleito de 25/fev/1900 a 25/fev/1904; reeleito de 26/abr/1908 a 25/fev/1912]; Senador [1905/1908 e 1916/22], segundo ALVES, p.384.

²²² 14/07/1888 n.26.

²²³ 10/08/1889 n.30.

²²⁴ CAVASSIN, p.456.

²²⁵ 13/08/1888 n.30, 10/09/1888 n.33 e 17/09/1888 n.34.

²²⁶ Mesma data anterior 01/12/1889 n.52.

²²⁷ 01/12/1889 n.52.

²²⁸ 13/08/1888 n.30.

²²⁹ 21/11/1889 n.43.

²³⁰ 16/11/1888 n.42 e retorno 14/12/1888 n.46.

escravos da localidade, mas não é descartada a hipótese que o fosse em sua região de origem.

Maurício Sinke, escritor do jornal e participante do clube republicano, foi também membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, liderada por Vicente Machado que detêm o comando do Estado no período do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (11/1889 a 11/1891). Aparece no jornal sendo nomeado a delegado de polícia²³¹ e tem um citação de seu engenho de beneficiar erva mate²³². Sinke não é encontrado na lista de ex-senhores de escravos.

O deputado republicano indicado à assembleia provincial anunciado no jornal é Dr. Vicente Machado da Silva Lima²³³, advogado de Ponta Grossa, não consta na lista de posse de escravizados. Vicente Machado, aproximou de agremiações republicanas durante sua formação em São Paulo, mas em retorno a província aderiu ao partido liberal em 1883. Se torna líder do Partido Republicano Federal de 1896 a 1903, partido que financia a linha editorial de “A República”, fazendo inimizades com seus ex-correligionários liberais como Jesuino Marcondes. Foi também nomeado chefe de polícia durante o governo provisório²³⁴. Vicente Machado foi também superintendente da Instrução Pública (até 1890), fez parte do Congresso Constituinte Estadual 1891/92, foi vice-governador do Paraná 1892 a 1896, senador de 1895/1902 e governador do Estado 1904/07 quando vem a falecer²³⁵.

Emiliano Pernetta e Octavio do Amaral, nomes que não constam na lista como ex-senhores de escravos, foram estudantes de direito em São Paulo, mas retornam a Curitiba²³⁶ e fazem conferências republicanas²³⁷. Deslocam-se também, Octavio do Amaral para a Lapa e Emiliano Pernetta para os Campos Gerais²³⁸. Emiliano Pernetta também faz conferência na Lapa²³⁹ e Octavio do Amaral em Campo Largo²⁴⁰, em espaço cedido pelo Coronel Torres (provável relação com a família Almeida Torres,

²³¹ 22/11/1889 n.44.

²³² 29/11/1888 n.44.

²³³ 10/08/1889 n.30.

²³⁴ CORREA, p.95.

²³⁵ ALVES, p.433.

²³⁶ 29/11/1888 n.44.

²³⁷ 07/12/1888 n.45.

²³⁸ 14/12/1888 n.46.

²³⁹ 21/12/1888 n.47.

²⁴⁰ 29/12/1888 n.48.

importante família da elite escravista). Emiliano Pernetta era também parte do Clube dos Girondinos. Em 22/11/1889 n.44, Dr. Octavio do Amaral vem residir em Curitiba. Em chegada de Emiliano Pernetta a capital, é ovacionado como republicano, livre do velho domínio oligárquico²⁴¹.

Aparece no jornal também o relato de deslocamento de Francisco Brito, que aparece em manifesto do Clube Republicano²⁴² e indo a Côrte²⁴³, seu nome não aparece associado a lista de ex-senhores de escravos.

Chega em Curitiba Theophilo Soares Gomes, de Antonina, industrial proprietário do Engenho Central de Arroz²⁴⁴, foi do governo “revolucionário”²⁴⁵, não tem seu nome associado à escravidão.

Deslocamento voltando de Ponta Grossa, Ernesto Lima, secretário do Clube Republicano²⁴⁶. Não encontramos seu nome na lista de donos de escravos.

Assume o exercício de governador Francisco Cardoso Junior, escolhendo o chefe de polícia Dr. Vicente Machado²⁴⁷. Francisco Cardoso Junior era militar, comandante da 5.a brigada da capital da província²⁴⁸, foi um dos mais dedicados servidores do Imperador mas era Deodorista, por tanto carregou o estigma de monarquista²⁴⁹. Seu nome não aparece na lista de ex-senhores da região. Foi também aliado da União Republicana²⁵⁰, o partido que fez oposição ao Partido Republicano Federal de Vicente Machado e o qual financiava o jornal “A República”.

Em 03/12/1889 n.53 o capitão de mar e guerra José Marques Guimarães é nomeado governador do Estado pelo governo provisório, sucedendo o General Cardoso Junior. Não encontramos maiores informações sobre ele, nem consta na lista de ex-senhores de escravizados.

²⁴¹ 28/11/1889 n.49.

²⁴² CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006. p.193.

²⁴³ 24/09/1889 n.32.

²⁴⁴ 16/11/1888 n.42.

²⁴⁵ CORREA, p.154/155.

²⁴⁶ 03/08/1889 n.23.

²⁴⁷ 29/11/1889 n.50.

²⁴⁸ CORREA, p.186,

²⁴⁹ CORREA, p.55.

²⁵⁰ CORREA, p.115.

Quando da comemoração da proclamação República uma notícia informa o que houve: 21 tiros de peças, percursos pelas ruas ao som da marsehesa, foguetes, salva da artilharia, câmara e povo voltam ao Paço Municipal, festas nos dias subsequentes. E discursos de J Moraes, Romulo, Huy, Arcenio, Petuya, Joaquim Jose Alves²⁵¹. Nenhum desses nomes aparece na lista de ex-senhores. Mas Joaquim Jose Alves foi vice-presidente da província por 9 dias, numa rápida substituição em licença do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, sendo do partido liberal²⁵². A menção da participação do povo também denota essa vontade de caracterizar-se como um regime mais popular e acessível.

Para Correa, a propaganda republicana começa pelo litoral por meio dos jornais vindos da Corte para a Província, sendo, a vertente dominante do republicanismo marcada pela influência de São Paulo e do Rio Grande do Sul, províncias que tinham estreita relação econômica e política com o Paraná²⁵³. Para a autora, ainda que a abolição tenha tido um papel decisivo na desestruturação da lógica monárquica, gerando uma crise intra-elites, a questão religiosa e sobretudo a militar também contribuíram na mudança de regime. Os militares, fortalecidos como grupo após a coesão proporcionada pela Guerra do Paraguai, estavam em posição dominada no cenário político, com aliança dos republicanos históricos encontram possibilidade estratégica para alterar o equilíbrio de poder²⁵⁴.

O partido conservador do Rio Grande uniu-se ao partido republicano e aceitou a direção política da comissão executiva²⁵⁵. Essa notícia demonstra a ligação que ocorreu também entre o partido conservador no Rio Grande e sua adesão ao republicanismo. Essa reformulação partidária era um meio de permanência no poder e não foi cara somente aos paranaenses.

Outro aspecto interessante é a relação dos redatores com os imigrantes, aparecendo um deslocamento para a “Colônia Alfredo Chaves - seguiram para colônia Vicente Machado, Emiliano Pernetta, Ernesto Lima e Lufrido Costa. João Pereira da

²⁵¹ 26/11/1889 n.47.

²⁵² ALVES, p.434.

²⁵³ CORREA, p.1.

²⁵⁴ CORREA, p.14.

²⁵⁵ 06/12/1889 n.56.

Fonseca e Vidal Siqueira.²⁵⁶ E uma outra notícia referente ao apoio da comunidade italiana, na figura da sociedade beneficente Giuseppe Garibaldi, ao governo provisório da República²⁵⁷. Os republicanos do Partido Republicano Federalista, grupo político atrelado à produção dessa fonte, parecem buscar apoio dos imigrantes na intenção de solidificar as bases de sua governança, ainda que Correa pontue uma maior ligação da União Republicana (partido “opositor”) com os interesses desse imigrantes²⁵⁸, com quem talvez existisse um elo mais forte devido às subvenções e aos esforços dos ex-liberais na consolidação dos núcleos coloniais.

Há também uma notícia a cerca da contestação do privilegio de exploração, preparo e exportação da Erva Matte concedido por 30 anos à Antonio Zerremmer (alemão) e Samuel Alvez de Azevedo (português)²⁵⁹, embora na bibliografia trabalhada esses nomes não apareçam, é possível discutir a cerca da inserção desses estrangeiros imigrantes nesse setor privilegiado da economia provincial. Não conhecemos os motivos dessa cessão de privilégios, mas podemos supor um envolvimento de agentes do Estado nessa concessão. Possivelmente esses agentes eram ex-liberais das elites dos Campos Gerais ou representantes de seus interesses, que impulsionaram e financiaram amplamente a imigração. Esses eram opositores da burguesia ervateira, composta de ex-conservadores, e patrocinadores desse jornal, aos quais parece incomodar a concessão.

Aparece notícia enaltecendo a figura de Tiradentes como um “verdadeiro guia para os patriotas que querem a República”²⁶⁰. Tiradentes foi escolhido como herói republicano, em uma compensação simbólica pela pouca participação popular, como defende Carvalho²⁶¹. Sua figura sintetizava o apelo à tradição cristã, associado à figura de Jesus Cristo, morto como mártir também por enforcamento. Tiradentes, figura da Inconfidência mineira, era já conhecido nas diversas províncias e representava um herói cívico-religioso, afastado de um radicalismo republicano que

²⁵⁶ 15/12/1889 n.64.

²⁵⁷ 29/11/1889 n.50.

²⁵⁸ CORREA, p.73.

²⁵⁹ 27/11/1889 n.48.

²⁶⁰ 22/04/1889 n.15.

²⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas – imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.55.

associava-se a Floriano, por exemplo²⁶². Sua figura ganha destaque por sua proximidade com o “povo” e também por ser oriundo da região que já era o centro político do país. Desse modo observamos a filiação do jornal e seus redatores, aos ideias republicanos liberalistas nacionais, que tinham como ponto pacífico o tipo de República que se buscava constituir, com uma participação popular mais simbólica e utópica.

Em 01/12/1889 n.52 aparece um discurso sobre a classe militar: “A classe militar, considerada opressora e instrumento dócil dos poderes políticos e tirânico, no nosso país tem sido sempre e invariavelmente o baluarte da liberdade dos direito dos cidadão, achando-se em todas as circunstâncias ao lado da nação a quem unicamente serve.” Demonstrando o apoio e a lealdade à classe que auxiliou na implementação do projeto republicano intentado pelas elites ervateiras.

No número 21/05/1889 n.19 há um anúncio do Clube Republicano que se encarrega de criar uma escola que funciona em uma das salas de sua sede, fazendo um chamado à classe operária e interessados a comparecerem ao local domingo à noite. A educação, ainda que contasse com poucos investimentos, possibilitava a manutenção senão ascensão social dos setores médios, garantindo também aos republicanos a possibilidade de ampliar a base de seu movimento, difundindo ideais anti-monarquistas. A maior politização também impulsionada pelo movimento abolicionista, ajudou a solapar as bases da Monarquia. Ainda que esses esforços de contemplar a “classe operária” não possam ser totalmente destituídos da ideia de uma profissionalização ou educação mais tecnicista, capacitando os indivíduos para atuarem como mão-de-obra. Esse setor da economia ganhava importância crescente nos centros urbanos e empregava considerável número de mão-de-obra de imigrantes e ex-escravizados, então “proletarizados”. Podemos observar a seguir algumas bandeiras delimitadas em acerca do ensino e sua modernização defendidas no jornal:

“A República, Ordem e Progresso: reforma radical dos costumes, reformar o sistema de ideias e opiniões, competência da ciência. Difusão do ensino técnico, ensino de artes e ofícios, escola de medicina, farmácia, engenharia²⁶³.”

²⁶² Idem, p.70.

²⁶³ 06/12/1889 n.56.

Para os republicanos o 13 de maio e o 15 de novembro são apontados como “duas grandes revoluções”, assim apontando por uma continuidade em relação ao regime anterior, que tem reconhecida a aprovação da abolição, no caso. Assim os republicanos não procuram uma dissociação de conquistas anteriores, e se apoderam de maneira a “consolidar” suas ideias e postular como se fosse também parte de seu legado.

“Muito mais no sistema republicano do que no monárquico é mister que se desenvolvam no seio da sociedade os sentimentos nobres de veneração e tolerância únicos que podem, pelo abafamento das paixões inferiores, garantir a paz e a felicidade das nações. Si não estavam aparentemente desenvolvidas estas grandes qualidades no espírito do povo brasileiro, elas ali repousavam em estado latente e revelaram-se de um modo espontâneo nas duas grandes revoluções – 13 de maio e 15 de novembro”. O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim – já não são somente um postulado político a espera de aplicação prática, são a divisa do grande povo da América do Sul que, ao finda o século XIX, revelou-se como uma luminosa aparição profética.²⁶⁴”

Toma posse uma nova diretoria do Club Republicano, anunciando um esforço para libertação do velho domínio das oligarquias, incompatíveis com o regime republicano²⁶⁵. Ainda que tenhamos verificado a continuidade de certas estruturas e elementos de famílias conservadoras ainda gravitando no universo de atuação dito republicano, a renovação dos quadros políticos com indivíduos da classe média e bastante significativa.

²⁶⁴ 15/12/1889 n.64.

²⁶⁵ 31/12/1889 n.77.

4. CONCLUSÃO

A menção no jornal de nomes de ex-senhores de escravos é bastante constante, sendo esses ainda aparentemente parte de uma camada privilegiada da sociedade, a que se poderia atribuir o conceito de elite em vistas das intrincadas relações ainda presentes: posições sociais preponderantes, empregos públicos, deslocamentos constantes anunciados, lamentações a cerca de óbitos de seus familiares, dentre outros. Ainda que fossem uma camada privilegiada, não há mostras de serem os mais privilegiados, pois há uma ampla dinamização da vida política e social nesse período. Portanto, com essa perda de hegemonia, os ex-senhores podem não ter sido capazes de controlar diretamente os destinos do seus ex-escravizados, o que não garantiu que a sociedade como um todo os favorecesse de qualquer maneira. Um dado interessante surgido, é que mesmo os republicanos e a burguesia ervateira sendo menos associados à escravidão e à posse de grandes escravarias, segundo a historiografia, esses apareceram possuindo notável quantidade de escravizados conforme o cruzamento nominativo realizado entre as Listas de Classificação para o Fundo de Emancipação e o jornal “A República” no período de 1888-1889.

Os republicanos e a burguesia ervateira eram os “donos” e redatores do jornal analisado, conseqüentemente, parte do grupo em maior evidência, o que revelou essa posse considerável de escravizados. A burguesia ervateira conjuntamente com elementos oriundos das classes médias urbanas capitanearam o projeto do Partido Republicano Federalista, que é apresentando por esse jornal.

Foram contabilizados 63 ex-senhores de escravos mencionados diretamente no jornal que segundo as listas “deveriam” possuir 161 escravizados, contudo no jornal aparecem mais 43 escravizados que não constavam nas listas, totalizando um universo de 204 escravizados. Segundo notícia de 27/04/1888 (n.17), Curitiba contava com 332 escravizados, portanto, o levantamento realizado conseguiu abarcar uma boa parte desse universo.

Desse total de 63 ex-senhores, 26 atuaram politicamente durante a Monarquia (41%). Desses, eram 15 liberais (23%), 7 conservadores (11%) e 4 atuantes dos quais

não foi possível precisar a filiação²⁶⁶. Os ex-senhores tem essa intrincada relação com às classes políticas do período monárquico, o que denota uma certa manutenção do status quo adquirido, uma vez que ainda se fazem presentes e atuam na vida pública de maneira evidente nesse momento de transição para o regime republicano.

Uma minoria de 8 indivíduos (12%) dentre os 63, se declararam e atuaram em favor da causa republicana. Sendo que 3 desses republicanos estão entres os que possuíam maior quantidade de escravos. Entre eles, Domingos Antonio da Cunha, de Campo Largo, com 12 escravizados, que é o ex-senhor com o maior número de escravizados mencionado. Os 8 indivíduos republicanos possuíram um total de 35 escravizados, todos inclusive aparecem já na listas de classificação (1875), sem nenhuma adição de nomes de escravizados que aparecem somente no jornal, representando 17% do número total de escravizados analisados (considerados os 204).

Ainda sobre esses 63 ex-senhores, 27 não tem profissão ou atuação declaradas (42%), entre os 35 (55%) que tem, aparecem: 12 ocupantes de cargos públicos (distribuídos entre deputados, juízes de paz, vereadores, inspetor de higiene), além de 4 outros que também são mencionados ocupando cargos públicos e possuem mais um tipo de atuação; 6 negociantes (1 negociante de mate, 1 dono de depósito de madeira e 1 que é também membro da guarda nacional), 4 proprietários (dentre esses 2 que também ocupam cargos públicos e 1 que era negociante), 2 advogados (1 desses também ocupa cargos públicos), 2 industriais do mate, 2 empregados públicos, 2 envolvidos em atividade rural (1 mencionado como lavrador, o outro como agricultor), 1 padre, 1 tabelião, 1 militar, 1 professor e um 1 cujo pai era produtor de mate e apareceu em anúncio de corrida de cavalos.

Também desses ex-senhores a maioria, 45 deles (71%), era do planalto Curitibano, sendo 9 de São José dos Pinhais, 4 de Castro, 1 de Campo Largo, 1 de Votuverava e 1 de Porto de Cima. Essa alta representatividade de ex-senhores de Curitiba, esta atrelada a localidade de impressão, as redes de influência mobilizadas pelos realizadores do jornal “A República” e também ao fato do cruzamento nominativo ter se realizado apenas com algumas listas específicas (Curitiba, São José dos Pinhais, Castro e Campo Largo). Uma vez que não foram trabalhadas listas de

²⁶⁶ São eles: Manoel Ferreira de Mello, Manoel Gonçalves dos Santos e João dos Santos Biscaia.

todas localidades da província é possível que ainda houvessem mais ex-senhores de escravos, mas que provavelmente encontrariam-se subrepresentados, assim como as demais localidades apareceram, excetuada a capital.

A partir dos dados levantados podemos observar uma forte participação dos ex-senhores na burocracia estatal, é possível que mais alguns entre esses (além dos 4 indivíduos já mencionados) mantivessem em paralelo outras ocupações, das quais pouco foi possível precisar. Os proprietários e negociantes também apareçam em número considerável, e evidenciam essa ligação com posses (terra, indústria ou casa de comércio) e reservas de capital, ainda que não tenhamos a completa dimensão dessas reservas. Sabemos que o capital social articulado por esses ex-senhores teve abrangência por vezes nacional, considerando os vínculos familiares e a educação formal realizada em São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo Recife. A articulação da República dificilmente conseguiria alterar profundamente as estruturas uma vez que os agentes estatais eram esses indivíduos oriundos de classes privilegiadas já durante o Império.

Quanto aos ex-escravizados, esses são praticamente ausentes no universo apresentado pelo jornal, não há menção ou preocupação direta quanto a seus futuros ou perspectivas. Esses são lembrados e apontados somente sob discussão do processo de abolição e nos processos de manumissão. Quando aparece alguma menção ao elemento servil, esse é “vitimizado” ou aparece como coadjuvante dentro da expressão genérica “povo”. A intenção de afastamento e repúdio à escravidão, conjuntamente com a assimilação das teorias raciais por parte da elite, gerou diversos problemas aos indivíduos libertos, negros e pardos, que foram marginalizados economicamente encontrando possibilidades de ascensão social restritas. Aos libertos não foi oferecido nenhum tipo de reparação ou facilidade de acesso à terra, educação ou benefícios sociais, o apagamento desses é crônico e latente na fonte analisada. A única vez que a palavra ex-escravo aparece no jornal é associada a um “assassino”, sendo mencionado inclusive quem era seu ex-senhor. Assim podemos observar que o reconhecimento desse indivíduo ainda está associado a essa relação de subordinação, além de corroborar com a estigmatização das classes subalternas associadas a ações transgressoras e bárbaras. Por tanto, as negociações estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravizados ainda que fundamentais nas discussões historiográficas recentes não se fazem evidentes nesse órgão elitizado que era a imprensa.

As concepções de liberdade apresentadas no jornal, são de cunho genérico e associadas a direitos de cidadania, por tanto, diferentes das concepções de liberdade atreladas a um ideal de campesinato negro, o qual aparece como foco nos estudos do pós-abolição. Como o retrato da urbanidade é mais corrente, também há que se ponderar que o que acontece na ruralidade é pouco claro, assim, dificilmente o jornal poderia nos fornecer qualquer tipo de informação a respeito dessa concretização, ou não, da “liberdade” dos ex-escravizados. O que sabemos é que durante o período republicano, as revoltas populares, como por exemplo, a ocorrida na região do Contestado na divisa entre Paraná e Santa Catarina envolveram caboclos pobres, em sua maioria negros e pardos, que foram desapropriados e enfrentaram a repressão estatal. Portanto, ainda que tenham conseguido acesso à terra, esse foi precário e possibilitado com a negligência ou ausência de outros interesses na localidade.

A menção à participação popular que aparece no jornal está sempre subordinada à ação de elementos militares ou sujeitos atrelados às classes mais privilegiadas, ligados ao partido Republicano e/ou letrados da classe média urbana. As concepções de liberdade das elites e ex-senhores eram abstratas e utópicas e não parecem se modificar durante o processo de instauração da República.

Ainda que as conclusões possibilitadas por esse trabalho sejam frágeis e restritas a um breve período de tempo, possibilitaram um maior conhecimento a cerca da sociedade do pós-abolição do Paraná e de Curitiba. Mesmo que as informações sobre os ex-senhores de escravos sejam preponderantes nessas conclusões, com um olhar sensível a questão dos ex-escravizados e das questões postas pela historiografia recente foi possível analisar as fontes de maneira mais crítica, dando maior visibilidade a esse contexto social da localidade ainda pouco explorado.

FONTES

- Periódico: A República, 1888- 1889.
- Departamento Estadual do Arquivo Público: Listas de Classificação de Escravos para o fundo de Emancipação, Curitiba (1875), Castro (1875), Campo Largo (1875), São José dos Pinhais (1875).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (org.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói : PPGHistória- UFF, 2011.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo**. Tese (Doutorado) em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2014.

ARAUJO, Thiago Leitão de Araújo. **Ambivalências da escravidão: controle social, criação da liberdade – Rio Grande de São Pedro (1850/1888)**. In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 2007

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, s/d., v. 4.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Hebe M. Mattos. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.) **História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional**. 9. a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CORREA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Dissertação (mestrado) Sociologia, UFPR, Curitiba, 2006.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade. A Emancipação e seu Legado**. Tradução : Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRAF, Maria Elisa de Campos. **Imprensa Periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981.

GRAF, Maria Elisa de Campos. **População Escrava da Província do Paraná: a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886..** 1974. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História UFPR, Curitiba, 1974.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. **A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980).** **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.17, v.9, 1989.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na Economia Paranaense.** Dissertação (Mestrado) Curso de História, UFPR, Curitiba, 1974.

LIMA, Adriano. **Trajetórias de crioulos.** Dissertação (Mestrado) História, UFPR, Curitiba, 2001.

MARQUES, Leonardo. **Entre dívidas e migrações: o pós-abolição no Paraná (Campo Largo 1888-1950).** 2006. 150 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UFPR, Curitiba, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. Campesinato e Escravidão. In: SILVA, F. C. T. da, MATTOS, H. M. e FRAGOSO, J. (org.). **Homenagem a Maria Yedda Linhares.** Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados das liberdades no Sudeste Escravista.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol.5, n.8, 2004, pp.170-198.

PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: Fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. **História Questões e Debates**. Curitiba, ano 9, nº 16, 1888.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e a Lei na Curitiba Provincial.** 1990. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, UFPR, Curitiba, 1990.

PEREIRA, Magnus R. de Mello. **Semeando Iras Rumo ao Progresso.** Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem Anos de Imprensa no Paraná: (1854-1954).** Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976. (Estante Paranista).

RABELATTO, Martha. O dismantelamento da escravidão, as alforrias e as fugas de escravos na ilha de Santa Catarina, década de 1880. In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Florianópolis: UFSC, 2007.

RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e movimento republicano. **História Questões e Debates**. Curitiba, ano 3, nº4, 1982.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição.** (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Vivências no pós Abolição: migração, trabalho e autonomia (1888-1926). In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Florianópolis: UFSC, 2007.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor.** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, Robert Wayne. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.) **História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional.** 9. a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.